

Meta é pagar abaixo do salário mínimo

Ataque à Previdência

martela 2 mentiras:

‘déficit’ e ‘privilégios’

AFP



Polícia da Itália ignora Bolsonaro e leva Battisti direto da Bolívia

Bolsonaro, depois que a polícia boliviana prendeu Cesare Battisti – e o presidente Evo Morales decidiu entregá-lo ao governo da Itália, onde deverá cumprir pena por quatro homicídios – fez de tudo para que ele viajasse a partir do Brasil. Em suma, queria um espetáculo de mídia – e para isso convocou uma reunião de emergência, no Alvorada, com os ministros Sérgio Moro, Ernesto Araújo e Augusto Heleno. Este último saiu da reunião anunciando que, “em princípio”, Battisti viria ao Brasil e depois iria para a Itália. No entanto, o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, anunciou que seu governo enviaria um avião para buscar Battisti na Bolívia. Na segunda-feira, com Battisti já preso na Itália, seu embaixador – e também o da Bolívia – faltaram a almoço com Bolsonaro. **Página 3**



As isenções fiscais de empresas são maiores do que qualquer déficit

Estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) demonstra que apenas uma moderação nas desonerações (isenções fiscais de empresas) já seria suficiente para resolver qualquer déficit na Previdência. Além disso, mostra o estudo, para fabricar números disparatados de um suposto déficit, o governo omite receitas e coloca na conta despesas que não são da Previdência. Quanto aos “privilégios” que Guedes e Bolsonaro querem acabar, resumem-se a um: aquele que impede os aposentados de receber menos de um salário mínimo. **Página 2**

Queiroz debocha da Justiça com dancinha da impunidade

Não explica conta milionária, laranjas nem depósito para esposa de Bolsonaro

Reprodução

Após faltar aos depoimentos marcados pelo Ministério Público, Fabrício Queiroz declarou-se “revoltado” pela divulgação do vídeo onde aparece dançando, com a mulher e a filha, no hospital onde está internado. Antes ele tinha divulgado uma fotografia em que aparece abatido, de olhos fechados, em uma cama no hospital. A família também não depôs alegando que cuidava de Queiroz. Para o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, as provas documentais “são bastante consistentes” e a denúncia pode ser apresentada a qualquer momento. **Pág. 3**

Toffoli manda soltar operador dos esquemas de Beto Richa

O presidente do STF, Dias Toffoli, mandou soltar Jorge Atherino, preso desde setembro do ano passado na operação Piloto, 53ª fase da Lava Jato. Atherino é o operador de propina do ex-governador Richa. **P. 4**



Bolívia lidera pelo 6º ano seguido o crescimento do PIB no continente

Pelo sexto ano consecutivo, o crescimento econômico da Bolívia foi o maior da América do Sul e, conforme projeções de organismos tão diferentes como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Mundial, o país andino também vai liderar o incremento da economia no continente também em 2019. **P. 6**

Terraplanistas vão conferir a borda da Terra em navio rave

Vão fazer um cruzeiro até a primeira banquisa de gelo da Antártida, para dizer que ali é a borda que impede a água de vazarem da Terra. A excursão dos cabeças planas terá piscina com ondas, DJs, festa e outras coisas mais no navio. **Pág. 6**



Manuela: “Acordo para a venda da Embraer é absurdo”

A deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) condenou o acordo de venda da Embraer para a Boeing. “Trata-se de uma empresa estratégica para o país e o acordo com a Boeing é um absurdo”, disse. Ela afirma que a disputa entre as gigantes estrangeiras prova a importância da indústria de ponta, especialmente em um setor decisivo, inclusive para assuntos de defesa, como o da fabricação de aviões”. **Página 3**

Cid para Renan: ‘Não é uma boa oportunidade para sua candidatura’

“Foi conversa olho no olho”, Ceará, Cid Gomes (PDT), soube a conversa com Renan. **P. 3**

Bolsonaro só não é encarnação do pensamento único porque não pensa

“Bolsonaro é um ex-oficial do Exército, que saiu das Forças Armadas após um ato de indisciplina e deslealdade, ou seja, mentira – onde tramou a colocação de bombas de baixo teor explosivo em instalações militares para pressionar o Alto Comando, e, depois, apesar das provas, mentiu diante de um Conselho de Justificação”, escreve Carlos Lopes. **Página 3**

Ceará prende 358 e começa a conter violência

Pág. 4

Levy, BNDES e o histórico corrupto das privatizações

O recém empossado presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Joaquim Levy, declarou que o banco estará à disposição para as privatizações que o governo pretende fazer no país.

“Vamos ser parceiros. Obviamente a direção vai ser dada pelo secretário [de desestatização e desinvestimentos] Salim Mattar. Mas vamos ser parceiros e proporcionando exatamente o apoio técnico e o que for necessário para fazer acontecer essas privatizações”, afirmou.

Joaquim Levy – que atuou nos governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma – assumiu a presidência do banco em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, no dia 7 de janeiro. (Ver em Governo venderá parte da CEF e BB).

O governo Bolsonaro quer vender todas as estatais, incluindo os bancos públicos e a Petrobrás. É a segunda mais importante meta do plano econômico, depois da aprovação da chamada “reforma da Previdência”. Assim como em momentos anteriores, a principal justificativa dessa liquidação do patrimônio público é a obtenção de recursos para amortizar a dívida pública.

“A experiência no Brasil é boa. Agora, é óbvio que depende de criar um ambiente adequado para a empresa privada ser bem regulada e bem supervisionada e, quando necessário, ser substituída, e em muitos casos dando garantia aos investidores de que esse processo vai ser de maneira transparente, previsível e com capacidade de os financiadores poderem tomar ações preventivas e corretivas se necessário”, disse ainda Levy.

De 1995 a 2002, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as privatizações “estouraram” inclusive com a venda de duas superempresas: a então Vale do Rio Doce e o grupo Telebrás, a maior da história brasileira. Foram arrecadados R\$ 78,6 bilhões (Mario Russo – OESP/2013).

Em 1996 a dívida pública era de 78 bilhões de dólares. Ao final do mandato em 2002 totalizava 245 bilhões de dólares (Eduardo de Paula Schwarzbach – UFRS/2008), tendo um aumento de 211%.

As empresas privatizadas estavam entre as melhores, a maioria cumpria papel estratégico quanto à segurança e a soberania nacional e na regulação de mercados. Eram lucrativas e tinham grande patrimônio, contrariando argumentos que seria melhor até entregá-las a qualquer preço para evitar “sangrias” de recursos do governo.

CORRUPÇÃO

A privatização da Eletropaulo, companhia de distribuição de energia elétrica na região metropolitana da cidade de São Paulo, é um bom exemplo de tenebrosas transações que as privatizações sinalizam.

A empresa privada norte-americana AES estava em situação pré-falimentar no seu país de origem, e ainda assim obteve a liberação de um financiamento do BNDES no valor de 100% da aquisição, adquirindo o controle da empresa.

Deu um calote no BNDES, não honrando a dívida, e o banco viu-se obrigado a assumir o prejuízo de R\$ 2,4 bilhões.

Com isso pagamos para a AES ter o controle acionário da Eletropaulo cuja venda para Enel italiana, agora em junho de 2018, rendeu-lhe R\$ 5,5 bilhões.

Uma ação criminal por gestão temerária – contra os administradores do BNDES na época, responsáveis pela operação – foi aceita pelo Poder Judiciário. Em 2010, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES) trançou a ação penal alegando falta de provas (sic) e o Tribunal de Contas da União ainda deu um parecer favorável aos acusados.

Outro caso emblemático: na privatização da Telebrás, em 1999, denúncia na imprensa revelou, através de escutas telefônicas no BNDES, uma ação de coerção do governo sobre o fundo de Pensão da dos funcionários do BB a Previ para se associar ao consórcio do banco Opportunity do financista Daniel Dantas. O próprio FHC faz parte da conversa.

A Polícia Federal se negou a investigar o conteúdo das conversas, alegando que foram obtidas de forma ilegal e não teriam valor jurídico. O escândalo culminou na queda de Luiz Carlos Mendonça de Barros (ministro das Comunicações), André Lara Resende (presidente do BNDES), Pio Borges (vice-presidente do BNDES) e José Roberto Mendonça de Barros (secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior).

J. AMARO

Relatório da Anfiip desmonta falso déficit da Previdência

“Os números não mentem, mas os mentirosos fabricam números”

O ataque à Previdência tem dois discursos, ambos essencialmente falsos: o do “déficit” e o dos “privilégios”.

Isso já era verdade, como sabe o leitor, no governo Temer – assim como no governo Dilma, no governo Lula e no governo Fernando Henrique.

Pois, se há algo característico dos últimos anos é que as “reformas da Previdência” jamais acabam. Sempre é preciso outra, pois a anterior “não resolveu”.

Não resolveu o quê? Ora, o problema do “déficit” e o problema dos “privilégios”.

Por que não resolveu? Porque nenhuma dessas “reformas” foi feita para resolver um problema que estruturalmente não existe – o déficit – nem, muito menos, para cortar os verdadeiros privilégios.

Essa repetição de “reformas” que nunca acabam, apenas reflete a ganância do setor financeiro, sobretudo estrangeiro, pelos recursos da Previdência – acompanhados, via de regra, por uma corte de bobos que jogam contra os seus próprios interesses.

Por isso, sempre é preciso outra “reforma da Previdência”. Porque a voracidade do rentismo, sobretudo estrangeiro, não acaba nunca – até que a Nação tenha seus destinos nas próprias mãos.

Em 1998, quando o governo de então aprovou a Emenda Constitucional nº 20 – conhecida, exatamente, como “reforma da Previdência” – o professor Dércio Garcia Munhoz apontou que o verdadeiro objetivo da alteração era empurrar o conjunto das aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em direção ao salário mínimo.

Quem quisesse mais que o salário mínimo, que recorresse à “previdência privada”, isto é, às operações especulativas dos bancos (houve até um ex-presidente da República que, soube-se quando foi preso, tinha alguns milhões numa conta de “previdência privada”, apesar de seu marketing de “trabalhador”).

Era, portanto, verdade, e o professor Munhoz também apontou que a redução ao salário mínimo também era o objetivo das alterações posteriores (v. o texto do professor Munhoz: *A Lava Jato e os desastros das políticas monetária e fiscal*).

Agora, com Paulo Guedes e Bolsonaro (nessa ordem), pretende-se colocar o conjunto das aposentadorias – não necessariamente todas, mas o conjunto – abaixo do salário mínimo (um artigo bastante interessante sobre isso, publicado há poucos dias por um órgão que tem posição a favor do ataque à Previdência, é o do advogado João Badari, especialista em Direito Previdenciário, *Reforma da Previdência: aposentadoria abaixo do salário mínimo com capitalização*, OESP, 11/01/2019).

O grande “privilégio” que Guedes e Bolsonaro querem combater é, portanto, aquele que estabelece como piso das aposentadorias o salário mínimo.

Como sempre, não há nada de original: o Banco Mundial, em relatório so-

bre o Brasil, divulgado em novembro de 2017, pregou exatamente o fim desse pernicioso privilégio (v. *Banco Mundial dá solução: amontar alunas nas salas, cortar Saúde e pagar aposentado abaixo do salário mínimo*).

Aliás, foi o que fizeram no Chile, com funestos resultados para o povo e excelentes ganhos para alguns parasitas nojentos (v. *Sem previdência pública, Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos*).

Quanto aos privilégios verdadeiros – pois alguns existem – sempre ficam intocados depois dessas “reformas”, pois vão servir para justificar a próxima...

Mas, vejamos a questão do déficit – sobre o qual, nos últimos dias, divulgaram-se os mais disparatados números.

Como é que esses indivíduos – aqueles sujeitos que, na cabeça da maioria dos brasileiros, parecem destituídos de mãe, pai, avô e outros antepassados – fabricam esses números?

Porque, como dizia o presidente Itamar Franco, “os números não mentem, mas os mentirosos fabricam números”.

Em sua edição referente a 2017 de sua *Análise da Seguridade Social*, publicada no final do ano passado, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) nota que, para fabricar o “déficit” sideral que o governo propala, foi necessário:

1) Desconsiderar como receita da Seguridade (e, portanto, da Previdência) o dinheiro desviado pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), **R\$ 113 bilhões** em 2017 (30% das contribuições sociais – Cofins, CSLL, PIS).

2) Desconsiderar o rendimento financeiro da Previdência (**R\$ 46 bilhões** em 2017).

3) Desconsiderar que a compensação integral pela desoneração da folha de pagamentos – que é uma obrigação legal do Tesouro – não está sendo realizada.

4) Desconsiderar que os 40% do PIS/PASEP, que são transferidos para o BNDES, continuam a ser recursos da Previdência.

Somente essas omissões diminuíram, em 2017, as receitas da Previdência, na conta do governo, em R\$ 159 bilhões.

Porém, além de omitir receitas, o governo também acrescentou despesas que nada têm a ver com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

De acordo com a Constituição, somente o RGPS faz parte da Seguridade Social, portanto, a Cofins, a CSLL, o PIS/PASEP e a contribuição previdenciária de trabalhadores e empregadores **são exclusivamente para financiamento desse regime** (artigo 195 da Constituição).

No entanto, o governo acrescentou, como despesas:

1) As do regime próprio dos militares. Como essa questão surgiu nos últimos dias, transcrevemos aqui o



O grande “privilégio” que Guedes e Bolsonaro querem combater é aquele que estabelece como piso das aposentadorias o salário mínimo

texto da ANFIP:

“... o regime previdenciário dos militares não prevê contribuição para o benefício de aposentadorias (reformas), há apenas uma para as pensões.

“Isto porque esse ‘regime previdenciário dos militares’ não tem caráter contributivo. O pagamento das aposentadorias (reformas) é um ônus público, não tem natureza previdenciária propriamente dita.

“Portanto, as receitas e despesas com o regime militar não se prestam a contas de resultado previdenciário, porque esse regime não está sujeito a regras de equilíbrio, nem financeiro, nem atuarial.

“Todavia, o governo sempre apresenta as despesas com aposentadorias (reformas) de militares com as contas previdenciárias dos regimes próprios.

“Igualmente inadmissível é colocar essas despesas na conta da Seguridade Social [ou seja, como se fizessem parte do Regime Geral da Previdência Social].

“Independentemente das razões que justificam esse regime dos militares e as suas regras de contribuição, os dados desse regime nunca poderiam ser somados às contas de seguridade social.

“Muito menos os seus dados de receitas e despesas serem utilizados para cálculos de equilíbrio de regimes previdenciários ou da seguridade social.

“2) As despesas do Regime Próprio dos servidores civis – que são uma despesa, como as reformas dos militares, também do Tesouro. Transcrevemos abaixo a conclusão da ANFIP sobre essas questões:

“Como concluir por déficit se contabilizamos regimes não contributivos e que não são regidos por exigências de equilíbrio financeiro e atuarial?”

“Na prática, como não há receitas, são acrescentadas apenas as despesas.

“Quando o governo soma despesas de três regimes diferenciados, torna-se impossível fechar as contas, nem mesmo se forem cortadas drasticamente os direitos previdenciários dos trabalhadores ou reduzidas as despesas com a Saúde ou a Assistência Social, seria possível economizar o suficiente para financiar as despesas de aposentadorias de servidores e militares.”

3) Além disso, o governo acrescentou, em sua conta para fabricar o déficit, “as despesas com inativos e pensionistas

ANO	RESULTADO	DESONERAÇÕES
2013	R\$ +78,871 bilhões	R\$ 119,452 bilhões
2014	R\$ +57,575 bilhões	R\$ 139,566 bilhões
2015	R\$ +13,653 bilhões	R\$ 148,948 bilhões
2016	R\$ -54,480 bilhões	R\$ 137,884 bilhões
2017	R\$ -56,858 bilhões	R\$ 141,177 bilhões

de servidores e policiais militares pagos à conta do Fundo Constitucional do DF e também de servidores dos ex-territórios”.

Aqui, existe algo de peculiar – ou, melhor, trapaceiro: “as contribuições dos servidores, e policiais civis e militares do DF integram o Orçamento do DF”, mas “as despesas entram na conta dos regimes previdenciários dos servidores da União”.

O leitor poderá conferir, no texto (condensado em nosso site), o conjunto dessas “inserções”, que só têm um objetivo: forjar um déficit.

Resta apenas acrescentar que as “desonerações” dos governos Dilma e Temer subtraíram **R\$ 141,177 bilhões** da Previdência em 2017.

Não estamos computando aqui (mas o leitor poderá verificá-lo no texto da ANFIP) os prejuízos devidos à leniência fiscal (parcelamentos e perdões de dívidas nas contribuições para a Previdência).

Então: Se retirarmos da conta do governo as despesas indevidas, o suposto déficit da Previdência reduz-se a **R\$ -56,858 bilhões**.

Porém, é preciso somar o que foi retirado do lado da receita:

– Desvio pela DRU: **R\$ 113,468 bilhões**;
– Receitas não consideradas pelo governo: **R\$ 159,50 bilhões**;
– Desonerações: **R\$ 141,177 bilhões**.
TOTAL: R\$ 414,145 bilhões.

Logo, teríamos um superávit de **R\$ 357,287 bilhões**.

Todos esses números não tem outros; apenas a tecnologia da trapaça.

Evidentemente, essa conta – que é teórica, ou seja, seria um resultado em que a Seguridade não contribuiria com nenhum outro setor, apenas com si mesma, sem contar algumas despesas administrativas, etc. – tem o objetivo de mostrar como é falsa a conta do governo.

O espantoso nela não é o resultado final, mas o fato de que, mesmo depois de três anos de recessão, em que a Previdência sofreu perdas violentas (devido ao desemprego e subemprego) e aumentos de despesas,

ela ser, assim como a Seguridade Social (que inclui, além da Previdência, a Saúde e a Assistência Social), perfeitamente sustentável.

Então, vejamos, nas condições concretas, como foi o comportamento do setor nos últimos anos. Aqui estão os saldos/déicits da Seguridade:

2009: R\$ +72,798 bilhões;
2010: R\$ +66,303 bilhões;
2011: R\$ +34,319 bilhões;
2012: R\$ +57,610 bilhões;
2013: R\$ +78,871 bilhões;
2014: R\$ +57,575 bilhões;
2015: R\$ +13.653 bilhões;
2016: R\$ -54,480 bilhões;
2017: R\$ -56,858 bilhões.

O déficit dos dois últimos anos é, claramente, um produto da recessão, do desemprego.

Porém, mesmo nessa situação de crise, comparemos, a partir de 2013, os resultados da Previdência e Seguridade com as desonerações (nesse caso, as renúncias fiscais totais **sobre as contribuições sociais para a Seguridade e Previdência**). *Veja na tabela em destaque na página.*

Mesmo nos dois últimos anos, o término de algumas desonerações cobriria perfeitamente o suposto déficit.

E estamos fazendo a comparação apenas com as desonerações – evidentemente, com aquelas que atingiram o financiamento da Previdência.

Porém, leitor, o que escrevemos até aqui vale apenas como uma rápida introdução.

No nosso site, fizemos uma condensação do texto da ANFIP, *Análise da Seguridade Social*, que o leitor poderá consultar no original.

Para esta condensação, mudamos a ordem de exposição dos assuntos e a divisão dos parágrafos – além de acrescentar subtítulos que não existem no original – na esperança de facilitar a leitura daqueles interessados em defender uma das maiores conquistas e maiores patrimônios do Brasil.

C.L
(Leia em www.horadopovo.com.br o documento completo da ANFIP).

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.F.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000 **Sucursais:** Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Híjica - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovo@yaho.com.br Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823 **Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Walterson Rosa/Folhapress

Um ex-oficial que quase foi expulso
Bolsonaro só não é a encarnação do pensamento único porque não pensa

“Tenho vontade de quebrar a minha espada quando vejo que ela não me pode servir para desafrontar o meu país.”

(Caxias ao Visconde do Rio Branco, durante a Questão Christie)

Lembro-me da excelente reputação – de homem inteligente, de democrata e patriota – do general Eduardo Villas Bôas, quando estive na Escola Superior de Guerra (ESG), representando a **HORA DO POVO**, a convite – para nós, muito honroso – daquela instituição militar.

Um amigo do general Villas Bôas e colaborador do HP – daqueles que, há décadas, desde o interior do Rio Grande do Sul, fazem a trajetória de nosso jornal – transmitiu-nos, sempre, a mesma impressão.

No entanto, as declarações do general Villas Bôas – na passagem do Comando do Exército ao general Edson Leal Pujol – de que Bolsonaro “traz a necessária renovação e a libertação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar e nublarão o discernimento e induziram a um pensamento único”, não honram a sua reputação de homem inteligente ou democrata ou patriota.

Com certeza, compreendemos a situação do general, atingido por uma doença cruel, impiedosa, que, mesmo assim, não o fez desertar de seu dever.

Porém, Bolsonaro é um ex-oficial do Exército, que saiu das Forças Armadas após um ato de indisciplina e deslealdade, ou seja, mentira – onde tramou a colocação de bombas de baixo teor explosivo em instalações militares para pressionar o Alto Comando, e, depois, apesar das provas, mentiu diante de um Conselho de Justificação (v. **Terrorismo de baixa potência**).

Somente não foi expulso do Exército porque, no Superior Tribunal Militar (STM), encontrou-se uma fórmula de acordo – porém, sua situação, dentro do ambiente castrense, ficou tão difícil, que ele preferiu sair do Exército.

Esta é a razão porque o general Ernesto Geisel e outros oficiais superiores tinham desprezo por Bolsonaro: porque era um mau oficial, naquilo que os militares mais prezam – a disciplina, sem a qual é impossível ir à guerra ou manter-se vigilante na paz.

Portanto, o general Villas Bôas, ao elogiar esse indivíduo de maneira que não corresponde à realidade – pelo contrário, é uma inversão da realidade – não contribuiu para desenvolver a disciplina, tão cara ao marechal Duque de Caxias, a quem, na ponte de Iitoró, com as tropas imersas em sangue, foi suficiente uma frase (“*Sigam-me os que forem brasileiros*”) para que fizessemos aquela travessia.

Pior ainda, além de indisciplinado, Bolsonaro é o que pode haver de mais obscurantista, de mais antinacional e de mais indigente – ou mais amarrado ideologicamente – em nosso país.

Bolsonaro é o oposto da civilização, tão cara ao primeiro ministro da Guerra – e primeiro ministro da Instrução Pública – da República, Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Aliás, Bolsonaro não é mais que ideologia e a gana de impor a sua ideologia aos outros – a começar pelas escolas – e acabar com qualquer discussão, com qualquer debate, vale dizer, com qualquer democracia.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

C. L.

MP-RJ: provas do caso Queiroz “são bastante consistentes”



Reprodução

Queiroz fez festinha no hospital após faltar a depoimentos no MP
Governo da Itália ignora Bolsonaro e leva Cesare Battisti direto da Bolívia para Roma

O governo da Itália frustrou a ação de Jair Bolsonaro para que o italiano Cesare Battisti, preso na noite de sábado (12) em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, viesse para o Brasil para, em seguida, partir para a Itália, onde deverá cumprir sua pena por quatro homicídios cometidos nos anos 70.

Para a maioria dos brasileiros – inclusive nós – se ver livre de Battisti era suficiente. Esse tipo de encanador, supostamente “de esquerda”, que somente serve para reforçar ou dar pretexto à direita – não por acaso o PT mais lulista se sente identificado com ele – tem mais lugar em seu país de origem do que entre nós, e assim entendeu, também, o presidente boliviano Evo Morales.

Porém, Bolsonaro queria um espetáculo de mídia. Ou, para ser exato, uma palhaçada. Assim, tentou de tudo para fazer com que Battisti saísse do Brasil para a Itália.

No entanto, não foi a polícia daqui, mas a da Bolívia, cujo presidente é Evo Morales, quem prendeu Battisti.

Apesar disso, na manhã de domingo, Bolsonaro foi às redes sociais comemorar a detenção e convocou uma reunião de emergência com os

ministros da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno.

Em seguida, o Itamaraty e a Justiça informaram, em nota conjunta, que estavam “tomando todas as providências necessárias para cumprir a extradição de Battisti e entregá-lo às autoridades italianas”.

Augusto Heleno, após a reunião com Bolsonaro no Palácio da Alvorada, garantiu que o italiano passaria pelo Brasil antes de seguir para a Itália. O governo chegou a enviar um avião, a partir de Corumbá (MS), até Santa Cruz, para trazer Battisti ao Brasil. “Em princípio, ele passa pelo Brasil”, disse Heleno.

Porém, a informação foi contrariada horas depois pelo primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte. Ele escreveu, em seu perfil no Facebook, que o governo italiano tinha decidido levar o preso diretamente da Bolívia para o seu país e que tinha enviado uma aeronave para buscá-lo em Santa Cruz de La Sierra.

Na segunda-feira, convidado para almoçar com Bolsonaro – e os ministros Fernando Azevedo e Silva (Defesa), Sérgio

Moro (Justiça), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) – o embaixador da Itália, Antonio Bernardini, não compareceu.

Outro convidado – o embaixador da Bolívia, José Kinn Franco – também não compareceu.

Battisti estava foragido desde o último dia 14 de dezembro, quando Michel Temer assinou o decreto de extradição. Sua prisão havia sido determinada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 13 de dezembro. Ele foi condenado, pela Justiça italiana, à prisão perpétua pelos quatro homicídios.

O italiano desembarcou por volta das 11h30, do horário local, (8h30 em Brasília) da segunda-feira (14), no aeroporto de Ciampino, em Roma. Ele foi entregue às autoridades italianas na tarde de domingo (13), pelas autoridades bolivianas, no aeroporto de Viru Viru, em Santa Cruz.

O preso foi levado para a prisão de Oristano, na Sardenha. Ele iria para Rebibbia, que fica nos arredores da capital italiana, mas o destino foi mudado por questões de segurança, segundo o ministro da Justiça da Itália, Alfonso Bonafede.

PCdoB cogita apoio a Maia e avalia que Freixo é “um caminho que isola”

A vice-governadora de Pernambuco e presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, afirmou que o partido cogita apoiar a candidatura de Rodrigo Maia (DEM-RJ) para presidente da Câmara dos Deputados apesar do apoio do PSL de Bolsonaro a ele.

A presidente do PCdoB considera que Maia garante a autonomia da legislativo e cumpre compromissos. “Ele sempre foi de cumprir compromissos, o que parece óbvio na política, mas nem todo mundo faz”, disse.

Luciana descartou apoio à candidatura de Marcelo Freixo (Psol-RJ), avaliando que isso estreita o campo da oposição.

“Achamos que é muito difícil ela representar uma base mais ampla. Al também é um caminho que nos isola”, diz. Para ela, “a pior coisa que a esquerda pode ter, agora, é se isolar, e a pior estratégia que se pode ter é o isolamento”.

Luciana Santos afirmou que o PSL de Bolsonaro acabou apoiando Rodrigo Maia “para não ser derrotado”.

“Nós achamos que foi um movimento ao contrário. Não era a candidatura do desejo do governo”, disse Luciana, enfatizando que o candidato inicial do governo não era Rodrigo Maia. “Tanto é que os próprios filhos dele têm dado inúmeras declarações ao contrário.”

Eles tentaram emplacar Alceu Moreira (MDB/RS) e acabaram desistindo. É um cara meio truculento, da bancada ruralista. Depois tentaram emplacar João campos, de Goiás, e perceberam que o acúmulo que Rodrigo Maia tinha obtido já era muito consolidado”, analisou a vice-governadora em entrevista à Rádio Folha FM 96,7.

Luciana Santos levantou a hipótese de ser montada uma chapa com PDT e PSB, capaz de garantir presença nas comissões, autoria de proposições legislativas estratégicas, e que poderia incluir o MDB e o PT. Segundo ela, muitas coisas na Câmara acontecem “do dia para noite”.

Manuela D’Ávila: “acordo de venda da Embraer para a Boeing é um absurdo”

A deputada estadual Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) condenou o acordo de venda da Embraer para a Boeing. “Trata-se de uma empresa estratégica para o país e o acordo com a Boeing é um absurdo”, disse.

Em seu Twitter, Manuela lembrou de um artigo seu publicado há pouco menos de um ano no jornal Folha de S. Paulo, no qual argumenta que em meio à política antinacional e desindustrializante de Temer, e que agora é mantida por Jair Bolsonaro, sobressai-se a

venda da Embraer para a norte-americana Boeing. “Os termos do acordo com a Boeing mudaram, mas o raciocínio permanece o mesmo”, declarou.

Em seu artigo intitulado “O que a disputa da Boeing com a Bombardier diz sobre o Brasil”, Manuela argumenta que “dizer que os países desenvolvidos deixam o mercado agir livremente é uma mentira mal-intencionada”.

Ela afirma que a disputa entre as gigantes estrangeiras apoiadas por seus governos “prova ainda a importância

estratégica da indústria de ponta, especialmente em um setor decisivo, inclusive para assuntos de defesa, como o da fabricação de aviões”.

“E, por último, demonstra que qualquer governo comprometido com o desenvolvimento tem a obrigação de proteger, incentivar e fomentar sua indústria”.

“Só há duas opções: lutar pelos interesses do país ou trai-lo, transformando-o em um quintal neoxtrativista habitado por um povo pobre e sem perspectiva”, concluiu.

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, disse que “não precisamos ouvir os depoimentos para apresentar denúncia” do caso

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, alertou na segunda-feira (14) que não adianta os familiares de Fabrício Queiroz e o próprio deputado estadual e agora senador Flávio Bolsonaro continuarem a fugir dos depoimentos junto ao Ministério Público.

Segundo ele, as provas documentais “são bastante consistentes”. “Não precisamos ouvir os depoimentos para apresentar uma denúncia no caso das movimentações financeiras suspeitas identificadas pelo Coaf”, disse o chefe do MPRJ. O alerta foi feito após Flávio e toda a família de seu ex-assessor, Fabrício Queiroz, deixarem de comparecer - este por mais de uma vez - para depor.

Para Gussem, que foi reconduzido ao cargo na segunda-feira, “o depoimento serviria para eles apresentarem a versão deles sobre os fatos. A ausência não atrapalha. O Ministério Público pode chegar à conclusão de que tem indícios suficientes para ajuizar ação penal e eles posteriormente podem se pronunciar”, acrescentou Gussem. O procurador-geral ressaltou ainda que o relatório do Coaf deu origem a 22 procedimentos de investigação que estão tramitando atualmente envolvendo vários parlamentares. A investigação é fruto da Operação Fumaça da Onça, um desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro.

Gussem informou que quatro parlamentares já se apresentaram espontaneamente para depor: Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), André Ceciliano (PT), Tio Carlos (SDD) e Paulo Ramos (PDT). Na quinta passada (10), o deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro era aguardado no MP, mas não compareceu para depor. Ele alegou que só foi notificado na segunda-feira, dia 7, o que não é verdade, já que ele foi comunicado da data de seu depoimento pelo MPRJ antes do Natal.

Após faltar aos depoimentos marcados pelo Ministério Público, Fabrício Queiroz declarou-se “revoltado” pela divulgação do vídeo onde aparece dançando, com a mulher e a filha, no hospital onde está internado. Antes ele tinha divulgado uma fotografia em que aparece abatido, de olhos fechados, em uma cama no hospital, onde, segundo ele, fora internado para extrair um câncer. Disse Queiroz: “fui submetido à cirurgia no dia 1º. Graças a Deus o tumor foi eliminado. Estou no pós-operatório aguardando tratamento médico. Tão logo acabe tudo isso estarei pronto para esclarecer qualquer dúvida do Ministério Público”.

Depois de todo esse drama ele admitiu o vídeo da festinha no hospital e alegou que “foram cinco segundos que quis dar de alegria a uma tristeza que tomava conta dentro da enfermagem em que eu me encontrava”. “É muita maldade”, disse Queiroz, em outro vídeo, que divulgou no sábado, dia 12.

No dia em que Queiroz faltou a primeira vez ao depoimento no MP, ele apareceu muito bem, dando uma entrevista no SBT. Depois, na segunda vez, ele e a família faltam “por estarem cuidando de Queiroz” e aparecem todos pulando e cantando no quarto de hospital em São Paulo. O fato foi visto como um deboche.

O Conselho de Acompanhamento Financeiro (Coaf) detectou uma movimentação suspeita de

R\$ 1,2 milhão na conta de Fabrício Queiroz entre 2015 e 2016. Foi detectado ainda, na mesma investigação, um depósito de R\$ 24 mil na conta de Michelle Bolsonaro, primeira dama do país. Bolsonaro diz que foram R\$ 40 mil. Além disso, o Coaf observou que nove funcionários de Flávio Bolsonaro faziam depósitos regulares na conta de Fabrício Queiroz, inclusive sua filha, Nathalia Queiroz, que, apesar de morar no Rio, estava lotada no gabinete do então deputado federal Jair Bolsonaro. Foi detectado ainda pelo Coaf um depósito de R\$ 84 mil feito por sua filha, Nathalia, na conta do pai.

Neste caso envolvendo Nathalia Queiroz é importante um pequeno parêntese. Ela recebia um salário de cerca de R\$ 10 mil do gabinete de Jair Bolsonaro, em Brasília, como assessora parlamentar do gabinete. Tinha uma carga horária de 40 horas semanais. No entanto, ela nem residia em Brasília. Era personal trainer e trabalhava normalmente no Rio de Janeiro. Vídeos e fotos de suas redes sociais mostraram Nath, como ela era conhecida em seu meio, atendendo seus clientes - alguns, inclusive artistas famosos - em horários comerciais. Ela ainda tentou apagar tudo da internet, mas já era tarde.

Ou seja, Nath era lotada e recebia pelo gabinete de Jair Bolsonaro, mas não trabalhava em Brasília. Nathalia Queiroz recebeu R\$ 250 mil da Câmara dos Deputados (R\$ 225 mil em salários e R\$ 25 mil em auxílios), entre dezembro de 2016 e agosto de 2018, sem trabalhar na função de assessora legislativa. Seus clientes no Rio de Janeiro nem sabiam que era lotada na Câmara dos Deputados, na capital federal.

Agora, o gabinete de Jair Bolsonaro, numa afronta aos fatos, atestou frequência de 40 horas semanais de “ex-assessora”. Registros da Câmara dos Deputados obtidos pela CBN mostram que Nathalia Queiroz não teve nenhuma falta sem justificativa e nem tirou licença durante os quase dois anos em que trabalhou para Jair Bolsonaro em Brasília. Pelos registros do gabinete de Bolsonaro, ela fazia mágica: atendia seus clientes no Rio diariamente e batia o ponto em Brasília.

Nathalia recebia pelo gabinete de Flávio Bolsonaro desde os 18 anos. Quando foi exonerada, ela foi substituída pela irmã, Evelyn Queiroz. Sua mãe também estava lotada no gabinete de Flávio Bolsonaro. Uma semana depois de sua exoneração na Alerj, Nath apareceu lotada no gabinete de Jair Bolsonaro em Brasília.

É do montante que ela recebia da Câmara Federal que Nathalia fez o depósito, detectado pelo Coaf, de R\$ 84 mil na conta de seu pai. Outros “fantasmas”, como Wellington Servulo Romano da Silva, por exemplo, que nem no Brasil residia, também depositavam regularmente na conta de Queiroz. Naquela época Servulo morava, e ainda mora até hoje, em Portugal.

É para esconder as explicações sobre essas irregularidades que Flávio Bolsonaro e a família Queiroz estão fugindo dos depoimentos ao MPRJ. A “impossibilidade” de comparecer, pelos motivos alegados, não está convencendo.

O Ministério Público também intimou assessores de Flávio Bolsonaro para depor sobre o assunto.

SÉRGIO CRUZ

“Não é uma boa oportunidade você ser presidente do Senado”, diz Cid a Renan

O senador eleito pelo Ceará, Cid Gomes (PDT), disse para Renan Calheiros (MDB-AL) que “não é uma boa oportunidade” para ele ser presidente do Senado.

Cid contou que a conversa aconteceu no final de 2018. “Disse para ele, francamente: ‘Acho que agora não é uma boa oportunidade para você ser presidente’”.

“Foi conversa olho no olho. Ele começou dizendo que o Ciro [irmão de Cid] não gostava dele. Eu disse: ‘Olha, rapaz, não sei. O Ciro tem a opinião dele e eu tenho a minha. Mas não sou miquelesta. Não acho que você seja 100% mau, nem acho que exista alguém que seja 100% bom. As pessoas têm virtudes e

defeitos”, contou.

“Ele tem virtudes na questão corporativa, entende? Escuto muitos dizendo assim: ‘Rapaz, Renan é amigo, é leal, é amigo dos amigos, defende os senadores, enfrenta o Ministério Público. Então, ele tem uma ampla maioria entre as pessoas que já têm convivência com ele. Mas ele divide as bancadas. E mais: para quem é novo [no Senado], o Renan encarna o protótipo do mal. Para quem está chegando agora, há uma pressão das pessoas que enxergam no Renan tudo o que é ruim na política”, relatou Cid para o site O Antagonista.

Cid foi governador do Ceará e foi eleito senador pelo estado com 3,2 milhões de votos na última eleição.

Presidente e líder da bancada dizem que PT não apoiará Maia

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o líder do partido na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta, declararam que a legenda não apoiará Rodrigo Maia (DEM-RJ) em sua candidatura à presidência da Casa.

O motivo, segundo os dois, é que o partido de Bolsonaro, o PSL, declarou apoio ao desmista em sua reeleição. Através de seu Twitter, Paulo Pimenta afirmou que a bancada petista “não participará de blo-

co com PSL e/ou aliados do governo Bolsonaro”.

Gleisi confirmou a decisão do partido e foi além: disse que o bloco para estas eleições deverá ser composto por partidos de centro-esquerda. “Queremos construir um bloco e uma articulação com os partidos da centro-esquerda. Essa é a nossa prioridade e, obviamente, estamos abertos a conversar com todos que primam pelo respeito ao Parlamento e às forças políticas”, afirmou.

Bolsonaro defende “amigo particular” na Petrobrás e debocha da imprensa

Apontado como “amigo particular” de Jair Bolsonaro, o capitão-tenente da reserva da Marinha Carlos Victor Guerra Nagem foi indicado para assumir a gerência executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobrás.

Antes dessa indicação, o militar nunca havia ocupado cargo co-

missionado na estatal.

Bolsonaro usou as redes sociais para debochar da imprensa e defender seu protegido, afirmando que ele tem qualificação para ocupar o cargo. “Peço desculpas à grande parte da imprensa por não estar indicando inimigos para postos em meu governo”, ironizou.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Bolsonaro diz que vender Embraer “preserva os interesses nacionais”

O que não fica claro na publicação de Bolsonaro são quais “os interesses da Nação” que estarão preservados com a venda para a multi Boeing

N a tarde da quinta-feira (10), o governo Bolsonaro comunicou que avaliará a venda da empresa brasileira de aviões Embraer para a multinacional norte-americana Boeing. Segundo o governo, a desnacionalização da empresa “preserva a soberania e os interesses nacionais”.

No mês de dezembro, a diretoria da Embraer divulgou os termos do acordo com a multinacional em que está prevista a criação de uma nova empresa (a *joint venture NewCo*), para onde será transferida toda a divisão de aviões comerciais da Embraer, o setor mais lucrativo da empresa. A Boeing faria um pagamento de US\$ 4,2 bilhões, valor inferior ao faturamento da Embraer em 2016, que foi de US\$ 6,1 bilhões.

Caberá à Boeing 80% das ações desta nova empresa. Já a Embraer pode vender a sua participação acionária (20%) para os norte-americanos a qualquer momento.

Ainda segundo o contrato, todas as decisões relativas à nova empresa, inclusive a indicação dos cargos de diretoria, estarão a cabo da Boeing. Ou seja, não há uma associação entre as empresas, mas sim, a venda do setor mais lucrativo da empresa brasileira para os norte-americanos.

As tratativas entre as empresas preveem ainda uma nova *joint venture* para a produção e comercialização do avião cargueiro KC-390, o mais novo avião militar da Embraer, que acaba de ser autorizado pela Anac e está pronto para a produção. Ape-

sar de a Embraer manter 51% nesta empresa, está previsto que a linha de produção do cargueiro seja transferida para a unidade da empresa nos EUA.

Para o acordo ser concretizado é necessário o abono do governo federal, que detém poder de veto neste tipo de transação por possuir a chamada *golden share*.

Bolsonaro defendeu a entrega da empresa em seu perfil no Twitter:

“Reunião com representantes do Ministério da Defesa, Ciência e Tecnologia, Rel. Ext. e Economia sobre as tratativas entre Embraer (privatizada em 1994) e Boeing. Ficou claro que a soberania e os interesses da Nação estão preservados. A União não se opõe ao andamento do processo”.

O que não fica claro na publicação de Bolsonaro são quais “os interesses da Nação” que estarão preservados, ou ainda, a qual “Nação” o presidente está se referindo.

A dúvida pode ser justificada pelo hábito de Bolsonaro de prestar continência à bandeira dos Estados Unidos e aos funcionários do governo Trump com quem se reuniu. (v. [Bolsonaro bate continência para conselho de segurança dos EUA](#))

Ou talvez por, dias antes de apoiar a venda, Bolsonaro ter oferecido ao secretário de Estado dos EUA Michael Pompeo, o território brasileiro para a instalação de uma base militar norte-americana. (v. [Secretário de Estado dos EUA agradece a Bolsonaro por oferta de base militar no Brasil](#))

Governo Witzel censura exposição que tinha instalação sobre ditadura

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, ordenou que a exposição ‘Literatura Exposta’ fosse encerrada neste domingo (13), antes da data prevista, pois a performance que marcaria o fim da mostra fazia referência à tortura durante a ditadura militar no Brasil.

A mostra estava em cartaz na Casa França-Brasil, que pertence à Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, desde 4 de dezembro. A performance do coletivo de artistas “Es Uma Maluca” continha também nudez feminina.

Alvaro Figueiredo, curador da exposição, publicou nas redes sociais. “Informamos que amanhã, domingo, dia 13 do corrente mês, a Casa França-Brasil estará fechada para o público, por ordem do excelentíssimo senhor Governador Wilson Witzel, considerando que a programação para o dia referido, conforme informada a direção do equipamento público, não se encontra presente no contrato previamente assinado”.

Figueiredo, ainda denunciou o ato de censura do governo Witzel. “Fecharam nossa exposição um dia antes da data oficial como forma de impedir que as performances [...] acontecessem”.

Antes mesmo de ser aberta, a exposição “Literatura Exposta” já havia sofrido censura. Também do coletivo Es Uma Maluca, a obra “A Voz do Ralo É a Voz de Deus”, foi vetada pelo diretor da Casa França-Brasil, Jesus Chediak.

A proposta original do grupo fundado em 2014 na zona norte

do Rio era que milhares de baratas de plástico se espalhassem por cima e ao redor de um bueiro instalado sobre azulejos, no piso da instituição e de lá, além das baratas, também sairia a voz do agora presidente Jair Bolsonaro (PSL). Chediak proibiu o uso dos discursos então uma receita de bolo entrou em seu lugar.

Um conto do escritor Rodrigo Santos foi a inspiração para “A Voz do Ralo É a Voz de Deus”. O texto fala sobre uma mulher torturada com baratas introduzidas em sua vagina, durante a ditadura militar.

De acordo com o curador, há uma semana, o coletivo pediu para realizar a performance. “Nós combinamos tudo direitinho, explicando o conteúdo da performance e enviamos para a direção da Casa França-Brasil para não ter nenhum tipo de problema”, relata Alvaro. A resposta, segundo ele, veio na sexta-feira (12), por e-mail, em que a Casa França-Brasil afirma que o espaço deve ter um controle de acesso, permitindo somente a entrada de maiores de 18 anos e que o local “não se responsabiliza por qualquer incidente que possa ocorrer durante e após a performance”.

No entanto, na manhã de domingo, quando aconteceria a apresentação, Alvaro foi surpreendido com o comunicado que aponta que a programação para o dia “não encontra-se presente no objeto de contrato previamente assinado”, o que culminou no cancelamento da exposição.



Obra com baratas de mentira, um bueiro e um sistema de som de onde saía uma gravação com declarações públicas de Bolsonaro que foram substituídas por receita de bolo



Com o acordo, Boeing ficará com ao menos 80% das ações da nova empresa. Produção e comercialização do cargueiro KC-390 também está sendo negociada

Toffoli manda soltar operador de propina do ex-governador paranaense Beto Richa

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, concedeu liminar em habeas corpus e mandou soltar Jorge Atherino, preso desde setembro do ano passado na operação Piloto, 53ª fase da Lava Jato.

Atherino é o operador do esquema de pagamento de propina do ex-governador Beto Richa (PSDB), que também foi preso e alvo de busca e apreensão na operação.

A Operação Piloto apura o pagamento de propina pela Odebrecht ao governo Richa em troca de favorecimento na licitação para as obras de duplicação da PR 323, em 2014.

Provas colhidas pela Lava Jato mostraram “pagamento de propinas pela empreiteira Odebrecht para obter favores ilegais relacionados à Parceria Pública Privada (PPP) para exploração e duplicação da PR-323, entre os municípios de Francisco Alves e Maringá, durante o ano de 2014, cujo valor era de R\$

7,2 bilhões”.

A Polícia Federal (PF) produziu um laudo pericial (1095/2018) apontando registros de pagamentos de propina da Odebrecht para Richa, identificado pelos codinomes de “Piloto” e “Brigão” no setor de operações estruturadas da empreiteira (setor de propina). Foram três pagamentos: um de R\$ 500 mil e outros dois de R\$ 1 milhão cada. Em 2008, como candidato a prefeito de Curitiba, ele recebeu R\$ 100 mil da empreiteira, quando ela era identificado na planilha como “Brigão”. Em 2010, na campanha a governador, o setor de propina da Odebrecht pagou R\$ 450 mil a Brigão, isto é, Beto Richa.

Toffoli aceitou os argumentos da defesa de Atherino segundo os quais a movimentação financeira das empresas dele, por si só, não justificaria a prisão, que poderia ser substituída por outras medidas cautelares como o

uso de tornozeleira eletrônica e prisão domiciliar.

A defesa alegou ainda que como Beto Richa não é mais governador e Atherino não atua mais com o ex-governador, não há risco de recorrência do crime.

“Sem prejuízo de reexame posterior por parte do eminente Ministro Luiz Fux, defiro a liminar para determinar ao juízo processante que substitua a prisão preventiva do paciente pelas medidas cautelares diversas, que julgar pertinentes. Comuniquem-se, com urgência, a autoridade coatora e ao Juízo da 23ª Vara Federal de Curitiba/PR para que preste informações pormenorizadas e atualizadas a respeito da situação do paciente nos autos da ação criminal apontada nos autos”, despachou Toffoli.

Atherino foi preso juntamente com o ex-chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo, que não foi beneficiado pelo habeas corpus de Toffoli e segue preso.

Zema quer privatizar Cemig e promover arrocho em Minas

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou que pretende enviar o projeto para privatização da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) à Assembleia Legislativa mineira. Zema disse que a venda de estatais, é uma “exigência” do Tesouro Nacional para a renegociação da dívida do Estado com a União.

Em entrevista à RecordTV Minas na quarta-feira (9), o governador afirmou que a privatização das estatais mineiras é a sua prioridade. De acordo com Zema, a ideia é realizar uma “redução dos custos” para aumentar o caixa do governo, a fim de desviar o recurso público para o pagamento da dívida com o governo federal.

Zema confirmou que pretende atender às exigências do governo federal para renegociar a dívida do estado. O modelo, que foi adotado por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, estabelece um profundo pacote de arrocho contra os estados.

Com isso, o estado de Minas Gerais ficará impedido de realizar qualquer investimento. O orçamento fica congelado e os reajustes salariais dos servidores não poderão ser maiores que a inflação. O Estado também fica proibido de realizar concursos públicos, até mesmo para a reposição de aposentados. Atualmente a dívida de Minas é de R\$ 85,9 bilhões. O governo do Estado gasta R\$ 4,7 bilhões por ano para o pagamento das parcelas ao governo federal.

Romeu Zema também afirmou que pretende enviar diversos projetos de lei à Assembleia Legislativa como parte de um “esforço” para uma “redução drástica” do custo com pessoal e aposentadorias. Ele não detalhou como pretende fazer isso.

Representantes do Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais (Sindieletró-MG) anunciaram formação de uma frente ampla em defesa da estatal mineira. Para o coordenador geral do sindicato, Jefferson Silva, a privatização da Cemig deve



ter impactos negativos para os consumidores, com aumento da tarifa e precarização dos serviços oferecidos. “Para os trabalhadores também não é bom, já que o acontece nesses casos é a flexibilização, ou seja, redução dos direitos”, diz.

Ele afirma que as experiências anteriores de privatização não foram boas, como aconteceu com a venda de quatro usinas administradas pela Cemig em setembro de 2017 – o que, conforme Silva, contribuiu para aumentar o valor da tarifa. Na ocasião, o governo federal arrecadou R\$ 12,13 bilhões com o leilão. Foram para as mãos da iniciativa privada as usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande. O maior dos empreendimentos foi para as mãos de investidores chineses.

O coordenador do Sindieletró-MG defende que manter o setor elétrico nas mãos do Estado é questão de soberania nacional. “O que o novo governador propõe é um Estado mínimo”, analisa.

LUCRO

A Cemig é uma das principais empresas de energia da América Latina. O governo de Minas Gerais detém 50,89% das ações da empresa. O lucro líquido da Cemig nos nove primeiros meses de 2018 foi de R\$ 998 milhões, aumento de 131,6% em relação ao mesmo período de 2017. Ou seja, Zema pretende entregar para a iniciativa privada, uma empresa lucrativa e eficiente.

Antes de assumir como governador, Romeu Zema era proprietário da bandeira de postos de combustível “Zema”. Em novembro de 2018, sua família anunciou

a venda da rede de 1.500 postos de combustíveis para a multinacional francesa Total.

ATIVOS

No início do ano, a direção da Cemig anunciou a venda de sua participação nos consórcios de exploração de petróleo e gás natural em Minas Gerais e na Bahia. O valor de lance mínimo é de R\$ 20,5 milhões para o conjunto das participações de 24,5% nos cinco consórcios.

A venda da participação está marcada para o próximo dia 18, na sede da Cemig, em Belo Horizonte. Quatro desses campos estão localizados na bacia do São Francisco, no Norte de Minas. O quinto está na bacia do Recôncavo, na Bahia. Atualmente, os trabalhos se encontram na etapa de prospecção, com expectativa de existência de reservas de gás no São Francisco e de petróleo no Recôncavo.

Nos blocos localizados em Minas Gerais, evidências coletadas nas pesquisas já realizadas tanto pelos consórcios dos quais a Cemig participa quanto por outras empresas confirmam a expectativa de gás. Entretanto, ainda não é possível dimensionar as reservas potenciais, pois se trata de uma bacia de “nova fronteira”, ou seja, existe pouca informação geológica no que diz respeito aos recursos existentes.

Quando ao bloco localizado na bacia do Recôncavo, estima-se a existência de petróleo, considerando ser uma bacia “madura” e com atividades produtivas na região já em estudo.



Ceará aprova leis para combate às ações criminosas

Neste domingo (13), o governador do Ceará, Camilo Santana, sancionou o pacote de leis contra as ações criminosas no estado. Camilo deu detalhes sobre a sanção, destacando ainda que as leis entram em vigor de imediato. “Todos unidos por um Ceará cada vez mais seguro. A luta contra a violência é de todos nós!”, comentou o governador.

Desde o dia 02 de janeiro, o estado vive uma crise na segurança pública. Após a criação da Secretaria de Administração Penitenciária e a mudança na política de enfrentamento às facções criminosas que atuam no estado, criminosos iniciaram uma série de ataques contra os serviços públicos. Ônibus, veículos oficiais, escolas, creches e postos de saúde foram incendiados.

Já foram contabilizados 205 ataques em 46 cidades cearenses. No último sábado (12), bandidos derrubaram uma torre da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em Fortaleza.

O governo tomou a opção de não recuar perante os ataques e ampliou o efetivo policial nas ruas. Um acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública trouxe 500 membros da Força Nacional de Segurança para o estado. Bahia, Pernambuco e Piauí também enviaram efetivos para apoiar o governo cearense.

Segundo a Secretaria de Segurança, já foram detidos 358 suspeitos de atuarem nos ataques.

Dentre as leis aprovadas, estão a ‘Lei da Recompensa’, que paga em dinheiro quem denunciar autores de ataques ou fornecer informações que possam prevenir crimes; retirada das tomadas em celas de presídios, para evitar que criminosos possam usar carregadores de celular; aumento de 48 para 84 o máximo de horas extras que policiais civis, militares e bombeiros podem fazer por mês; convocação de policiais da reserva para aumentar o efetivo nas ruas; criação de um banco de informações sobre veículos destruídos na onda de ataques; restrição da presença de pessoas no entorno dos presídios, com objetivo de evitar fugas; criação do Fundo de Segurança Pública, que terá reserva para investir na prevenção de crimes e pagar beneficiados da Lei da Recompensa; regularização do comando de tropas de policiais militares cedidas por outros estados.

Essas propostas foram aprovadas por unanimidade pelos 36 parlamentares presentes em sessão extraordinária. Pelo menos 12 emendas foram apreciadas pelos deputados, que se reuniram por mais de seis horas para deliberar sobre as matérias.

O pacote de ações é uma tentativa de conter a onda de crimes e fortalecer o combate às facções criminosas, que coordenaram uma onda de ataques no estado que já dura 12 dias.

O governador agradeceu as parcerias com o ministério público. “Estive reunido hoje com integrantes do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste, que funciona desde o mês passado no Ceará, além de integrantes do Ministério Público, que tem prestado importante apoio no combate ao crime organizado em nosso Estado. Toda a nossa cúpula de segurança também participou do encontro. Essa parceria tem sido fundamental nesse enfrentamento ao crime. Até esta manhã 358 pessoas já foram capturadas por envolvimento em atos criminosos no Estado”, afirmou o chefe de estado.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO CEARÁ

Cerca de 350 policiais reforçarão a segurança no Ceará para combater os ataques de facções criminosas, que assolam o estado, nos últimos 12 dias. O efetivo, desta vez, exclusivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF), será composto por homens e mulheres de todos os estados do país, sendo cerca de 335 agentes e mais 15 agentes do Ceará.

Essa liberação foi acertada entre o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro e governo do Ceará. Esses 350 policiais rodoviários irão reforçar o patrulhamento em pontos estratégicos das rodovias federais e prédios públicos da União.

O efetivo começa a se apresentar a partir desta terça (15). Desde o começo dos ataques, em 2 de janeiro, o governo do Ceará já recebeu o reforço de mais de 490 policiais, destes, a maior parte da Força Nacional, além de vários estados, como a Bahia, que enviou 100 PMs.

A decisão de enviar o efetivo da PRF aconteceu 24 horas depois da derrubada de uma torre de transmissão de energia elétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em Fortaleza. No sábado (12), criminosos dinamitaram o equipamento.

Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos (2)

Continuação da página 8

ASTROJILDO PEREIRA

Muitos desses sofismas e maus augúrios aparecem, aos nossos olhos de hoje, como argumentos simplesmente pueris ou ridículos. Mas o juízo dos homens facilmente se engana e deforma sob a influência de interesses contrariados. De outro modo não poderíamos compreender o fato de eminentes personalidades se deixarem apavorar com a ideia da emancipação dos escravos, a ponto de aconselharem o governo, como fizeram o Marquês de Olinda e o Visconde de Sapucaí, em 1867, a repelir qualquer pensamento em tal sentido, pois se se deixasse perceber, por uma só palavra que fosse, a mais leve inclinação a favor do elemento servil, isso equivaleria a nada menos que “abrir a porta a milhares de desgraças”. A mentalidade dos escravistas se mostrava impermeável tanto ao raciocínio teórico, que os adversários lhes propunham, quanto à mesma lição dos fatos comprovados pelo tempo. Por isso repetiam e repisavam invariavelmente as objeções de sempre – em 1827, em 1831, em 1850, em 1871, em 1884, às vésperas de 1888... e ainda depois. Muito instrutivo, a este respeito, é verificar o que deixou dito o deputado Sousa Carvalho no voto em separado, que apresentou às comissões reunidas de justiça e orçamento, contra o projeto de 15 de julho e contra o parecer de Rui Barbosa. O próprio Rui, anos depois, recordaria o teor daquele voto adverso, resumindo-o todo em breves linhas: O Sr. Sousa Carvalho, autor do voto em separado, via no projeto de 15 de julho “o suplício da constituição, uma falta de consciência e de escrúpulo, um verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a ruína geral, a situação do Egito, a bancarrota do Estado, o suicídio da nação.”

Inimigos havia da reforma, que pretendiam resolver o problema unicamente por meio da substituição gradativa do escravo pelo colono. Preconizaram para isso a adoção de medidas tendentes a favorecer e intensificar a afluência de colonos europeus, que seriam empregados no trabalho agrícola ao lado dos escravos. O braço livre, argumentavam, acabaria por sobrepujar e eliminar o braço escravo, e este resultado, acrescentavam logo, seria obtido suavemente, sem abalos nem prejuízos para a lavoura nacional. Rui Barbosa desmancha a trama deste novo sofisma, que resultava meramente de uma inversão dos termos da questão. A própria experiência – não só alheia, mas também nossa – evidenciava de maneira bem clara que o movimento colonizador, conforme se acentua no parecer, dependia essencialmente da renovação das condições do trabalho.

Sabe-se das tentativas que vinham sendo feitas, principalmente na província de São Paulo, para conciliar, lado a lado, o trabalho livre e o trabalho escravo. Mas tais tentativas, ou falhavam por inviáveis, demonstrando a impossibilidade prática de semelhante hibridismo, ou, quando realizadas com espírito experimental e progressista, serviam para indicar que o trabalho livre, pela natureza mesma da sua organização e das suas condições de desenvolvimento, produzia maior e melhor rendimento econômico do que o trabalho escravo. A esta conclusão teria já chegado o senador Vergueiro. na sua fazenda de Ibicaba, onde fundara, em 1847, a famosa colônia de imigrantes europeus para a cultura do café pelo sistema de parceria.

“Dez homens livres fazem o trabalho de trinta escravos” – diria Jequitinhonha vinte anos depois da experiência de Ibicaba, e Rui cita-lhe a frase para opô-la às “vozes espectrais do passado”, que tão obstinadamente se aferravam aos preconceitos do escravismo. Algumas páginas do parecer são neste ponto consagradas ao exame de estatísticas demonstrativas do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, nos anos que antecederam à guerra civil, pondo-se em cotejo as cifras referentes aos estados livres do norte e aos estados escravistas do sul. Vemos aí, concretamente expostos e alinhados, os algarismos relativos aos diversos aspectos da economia de uma e outra região – valor da propriedade, produção agrícola, produção industrial, capital bancário, importação e exportação, entradas aduaneiras, movimento dos meios de transporte, patentes de invenção – e todos eles comprovando o mesmo fato: a impressionante inferioridade dos estados do sul, onde predominava o regime econômico baseado na exploração do braço escravo. Mas a influência amesquinhadora da escravidão não se fazia sentir somente nos domínios da economia. O confronto dos dados concernentes ao ensino e às escolas, às bibliotecas públicas, ao número e à tiragem dos jornais, à renda dos correios, etc., confirmavam e definiam o contraste.

Por esta altura do parecer, em breve passagem para o propósito da guerra de secessão provocada pelos estados do Sul, refere-se o relator a certo aspecto da questão, que hoje nos parece do maior interesse, com certeza muito maior do que teria parecido aos leitores de então. Escreve Rui Barbosa aí, textualmente, que a “rebelião do sul não teve outro intuito, senão organizar um estado com o cativo por base e por política a dilatação territorial dele”, e que os seus chefes “alardeavam despejadamente a glória de iniciarem no mundo o primeiro governo estribado na grande verdade física, filosófica e moral de que a sujeição civil às raças superiores é a condição natural e normal do negro”. Podemos hoje acrescentar que a derrota dos escravistas confederados foi também a derrota dos seus desígnios políticos. Mas evidentemente não é por acaso que assim encontramos, justo entre aqueles ferrenhos partidários da escravidão do homem pelo homem, alguns típicos precursores dos hodiernos partidários das teorias racistas e sua consequente política do espaço vital.

Continua na próxima edição

Venda da Embraer à Boeing deixa área estratégica nas mãos dos norte-americanos



KC-390 aeronave de transporte desenvolvido e fabricado pela Embraer

“Justiça trabalhista está na mira do governo por ser barreira contra ataque a direitos”, diz sindicalista

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos José Pereira dos Santos criticou as recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro, em que propõe a extinção da Justiça do Trabalho.

Pereira afirma que os tribunais trabalhistas têm servido nos últimos setenta anos como um importante instrumento para pacificação social. Segundo ele, “a

justiça trabalhista está na mira do governo por representar uma barreira aos ataques que Bolsonaro pretende realizar contra direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo destas décadas”.

Pereira lembra ainda, que o movimento sindical sempre buscou priorizar a negociação quando a conflitos, mas que o sindicalismo respeita “o sagrado direito do trabalhador

recorrer à Justiça”.

“O sindicalismo sempre criticou a demora na tramitação de processos e julgamentos, especialmente dissídios coletivos. Mas a crítica a um aspecto da casa não significa querer demolir a construção. Por isso, o movimento se soma a juizes, advogados e autoridades que reagem à ameaça de Bolsonaro”, declarou Pereira em artigo publicado do site do sindicato.



Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos

Ação do MPT resgata trabalhadores de condições análogas à escravidão

A primeira operação de combate ao trabalho em condições análogas à escravidão do ano resgatou cinco trabalhadores de carvoaria localizada em Fazenda Fetais, na cidade de Córrego Danta, região do Alto São Francisco, em Minas Gerais. A operação foi realizada entre os dias 7 e 11 de Janeiro, sendo fruto de denúncias feitas no final de 2018 ao Ministério do Trabalho, que agora deixou de existir enquanto pasta.

A ação do Ministério Público do Trabalho contou com Auditores Fiscais do Trabalho e Polícia Rodoviária Federal.

“As vítimas tinham entre 30 e 40 anos, vindas da cidade de Quartel General (MG). Estavam sem alimentação, bebiam água barrenta de poço e dormiam em barracos de lona, expostas a animais peçonhentos”, diz o procurador Mateus de Oliveira Biondi, da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho

Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A carvoaria fica em meio a uma plantação de eucaliptos e dentre as atividades dos trabalhadores em sua jornada de mais de 10h estavam a derrubada dos eucaliptos, processamento de madeira, transporte, queima, ensacamento e carregamento do caminhão. Tudo isso era feito sem que fosse fornecido qualquer equipamento de segurança.

De acordo com Biondi, não havia registro em carteira, sendo que para não caracterizar e camuflar os vínculos trabalhistas eram falsificados contratos de parceria. Os trabalhadores recebiam por produção cerca de R\$ 500,00 por carregamento, mas estavam sem receber a mais de um mês, por conta das chuvas na região.

Também foi resgatada da local uma criança de cinco anos que vivia com os avós nos alojamentos improvisados. Os alojamentos eram

galinheiros “adaptados”, sem fornecimento de água potável e as necessidades fisiológicas eram feitas no mato. Após a operação, os trabalhadores foram alojados numa pensão na cidade de Bambuí, também em Minas Gerais.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), destacando o papel da fiscalização do trabalho, lembra que desde 1995 quando foram criados os Grupos Especiais de Fiscalização Móvel (GEFM), foram resgatados mais de 53 mil trabalhadores.

“Esses trabalhadores se encontravam em propriedades rurais de criação de gado, plantações de cana, soja, algodão, cebola, erva mate e eucalipto, entre outras. Porém, a submissão ao trabalho escravo chegou aos centros urbanos e hoje é uma realidade em oficinas de costura que trabalham para grandes marcas, obras de construção civil, além de outras atividades em que a mão de obra é explorada”, diz o procurador do MPT.

“Em nome da ganância do setor financeiro, a direção e o Conselho Administrativo da Embraer vão destruir a indústria aeronáutica brasileira e empregos no setor”, denunciou o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Herbert Claros, sobre a entrega da Embraer à multinacional norte-americana Boeing

Em entrevista à Hora do Povo, Herbert, que é funcionário da Embraer, critica a posição dos membros do Conselho, “formado por membros ligados ao mercado financeiro”, que deram aval à negociação com os americanos.

No dia 17 de dezembro, a direção da Embraer confirmou os termos do acordo que prevê a criação de uma nova empresa (joint venture), onde a multinacional Boeing passa ser controladora de 80% do capital da empresa de aviação comercial – segmento este em que a Embraer é líder mundial e o restante – os 20% – seria da fabricante brasileira, podendo essa abrir mão de sua parte para a norte-americana a qualquer momento, por meio de uma opção de venda.

Leia também: Venda da Embraer à Boeing é crime de lesa-pátria

“Os membros do conselho e da diretoria têm pessoas hoje ligadas ao mercado financeiro. Alguns do conselho são do Banco Itaú e do Banco Bozano Simonson, e o presidente da Embraer não é um engenheiro de carreira da Embraer; é um economista, que vem de outra filosofia.

“Em nossa opinião, o conselho da Embraer é vendido, e está acabando com a indústria aeronáutica brasileira e os empregos no setor, por interesse do mercado financeiro. Não há outra explicação para isto. Inclusive, o que nos chama atenção, é a forma da transação. Estão fazendo isto da pior forma possível como se não houvesse leis no país, e isto é bem típico do mercado financeiro”, denuncia o representante do sindicato.

O acordo depende ainda da aprovação do governo brasileiro, dono de uma “golden share” (ação exclusiva determinada pelo Estado) na companhia que dá o poder de veto em decisões estratégicas, como no caso da transferência de controle acionário da empresa.

A negociação foi paralisada no último dia 19, por meio de uma ação civil pública movida a pedido do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, porque o negócio lesa a Embraer e fere regras de mercado, pois não se trata de uma cooperação entre duas empresas, como anunciado, mas sim, uma pura e simples venda da empresa brasileira para a americana.

Entretanto, a liminar foi cassada dias depois (21), pela presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, a desembargadora Therezinha Cazerta, atendendo a um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU). A desembargadora afirmou, em sua decisão, que não cabe à Justiça decidir sobre o futuro da Embraer.

Segundo Herbert Claros, a liminar expõe a forma que está sendo realizada a transação entre a direção da Embraer e os americanos.

“A transação está sendo feita de forma irregular”, destacou. “Inclusive fora do padrão da lei das S.A [Sociedades Anônimas]. A ação serviu muito para isto. Inclusive, um grupo minoritário de acionista também entrou na Justiça utilizando as mesmas alegações que nós estamos utilizando”, disse Claros.

Entre as violações à lei apontadas na ação e reconhecidas pela decisão liminar deferida pelo juiz Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Federal Cível de São Paulo, no dia 19, estão: o abuso de poder do Conselho de Administração da Embraer, promovendo a venda da empresa sem autorização, e a cisão de uma companhia próspera, com risco de prejuízo aos trabalhadores da empresa.

Herbert Claros explica que o acordo não passa de uma venda pura e simples:

“É curioso, até alguns órgãos de mídia favoráveis à venda estão cobrando que seja falado o que esse negócio é na verda-

de! O governo está tentando empurrar a negociação como se fosse uma joint venture, como se fosse uma parceria de irmãos, para justamente passar a ideia de que o negócio não é prejudicial para o país. [Isto ocorre porque] quando se trata de venda, de entrega, e é isto que está sendo feito com a Embraer; é óbvio que isto traz alguma comoção popular – pelo menos se espera isso – por todos saberem o que a Embraer representa para o país”.

Após a decisão da desembargadora, o sindicato informou que entrará com recurso pela manutenção da suspensão do acordo.

CRIME DE LESA-PÁTRIA

Herbert Claros, que já apresentou os trabalhadores da Embraer no Conselho administrativo da companhia, afirma que a Embraer está sendo mais uma vez saqueada, assim como ocorreu na privatização e que a venda da fabricante brasileira não tem sentido nenhum, muito menos do ponto de vista da soberania nacional.

“É um crime de lesa-pátria o que está prestes a ser cometido contra o País. A negociação deixa nas mãos dos norte-americanos a única empresa estratégica de fabricação de aviões, de manufatura, hoje do país”, denuncia.

Transferência do cargueiro militar KC-390, o principal projeto de Defesa da Embraer, para os Estados Unidos

O funcionário da Embraer relembra que o cargueiro militar KC-390 só existe graças ao dinheiro público, por consequência da crise de 2009, quando a Embraer foi pedir ajuda ao governo federal.

“A partir da crise econômica global, em 2009, a Embraer procurou o governo federal e o executivo autorizou um projeto que já existia junto com a Aeronáutica, de fabricação do cargueiro KC-390. É tanto que o principal comprador do cargueiro, até hoje, é o governo federal, que comprou 27 aeronaves, que estão em fabricação.

“No começo, exatamente há um ano, quando falaram desta tentativa de aquisição da Embraer pela Boeing, os primeiros a se levantar contra foram os militares, e com toda razão, pois não dava para ficar com 80% na mão da Boeing em um projeto que é nosso. Em julho, o governo chegou a recuar, anunciando que negociação era separada, que não ia incluir a defesa só o setor comercial. E agora a gente está vendo que não era nada disso. Eles anunciaram em dezembro uma joint venture do KC-390, então caiu a máscara deles, demonstrando de fato qual o outro interesse da Boeing: adquirir este projeto militar, que já é considerado um avião de sucesso para futuro, por conta do nicho de mercado que ele vai pegar”.

Herbert explica que, nessa negociação, o governo está entregando para a Boeing um projeto que está pronto e é lucrativo sem que a multinacional arque com nada.

“Tem gente argumentando que o negócio é bom por que a Embraer vai ficar com 51%, ‘olha lá, o Brasil é maioria, 51%’, e esquecem que estamos entregando de ‘mão beijada’ para os americanos 49% de algo que foi construído com dinheiro público e com engenharia brasileira.

“São engenheiros brasileiros, cabeças brasileiras que desenvolveram todo esse avião, que está pronto, que já foi aprovado em todas as fases de teste que teve, e a Boeing vai pagar 49% disso sem trabalho nenhum, sem gastar dinheiro, inclusive porque isso está no pacote, a Boeing não está adquirindo 49%, ela está simplesmente entrando numa união com a Embraer para fazer o KC-390.

Leia a íntegra da entrevista no site horadopovo.org.br

Coletes Amarelos ocupam a Praça da Bastilha e exigem: “Fora Macron”



Em meio à crise, venezuelanos fazem fila para adquirir produtos básicos

Resgatar a soberania popular na Venezuela

O artigo que publicamos a seguir é de autoria de Bernardo Corrêa, Pedro Fuentes e Israel Dutra, integrantes do Movimento Esquerda Socialista do PSOL

A posse de Nicolás Maduro revela uma profunda crise institucional da Venezuela e uma degeneração cabal da Revolução Bolivariana. Após eleições altamente questionáveis, com proscrição de inúmeras candidaturas de oposição (incluindo os chavistas críticos), Maduro prepara-se para mais seis anos de governo.

O povo de Bolívar, que protagonizou um dos principais processos revolucionários dos últimos tempos na América Latina, encontra-se na miséria, em meio a uma disputa entre os poderes de Estado pelo controle do país e seus abundantes recursos naturais. De um lado, a Assembleia Nacional, onde a oposição de direita clama por uma intervenção militar do imperialismo e prepara um golpe para tirar Maduro do poder, em articulação com o Grupo de Lima e o governo de Trump. De outro, o governo autoritário de Maduro que viola a maior conquista da Revolução que é a Constituição Bolivariana. É o governo de uma casta burocrático-militar que, para manter seus privilégios, governa contra as necessidades do povo venezuelano.

Em nome do legado de Chávez e da Revolução, o governo tem implantado um modelo econômico de arrocho contra o povo, buscando consolidar uma nova elite em consonância com o imperialismo chinês e de maneira repressiva impede qualquer alternativa popular ao seu domínio. A esquerda mundial não pode legitimar um governo desta natureza.

Nós, do Movimento Esquerda Socialista/PSOL, sempre estivemos na linha de frente da defesa do processo bolivariano, de forma crítica e independente. Quando em 2003, a direção do PT e do Foro de São Paulo se recusaram a trazer Chávez ao Fórum Social Mundial, por razões de “governabilidade” e porque Lula recém eleito iria ao Fórum de Davos buscar conciliação com o imperialismo, por meio do mandato da então Deputada Federal Luciana Genro, fomos os responsáveis pela vinda de Chávez. Nunca nos furamos em defender a luta antiimperialista e o empoderamento popular engendrados pelo processo constituinte na Venezuela. Também, como uma organização revolucionária, nunca nos furamos em apontar os limites da Revolução Bolivariana e os equívocos cometidos pelo próprio Chávez. Uma crítica feita desde dentro do processo, como parte dele.

Entretanto, o processo de degeneração da direção do PSUV, a militarização crescente do poder de Estado, a corrupção da burocracia, o autoritarismo do governo Maduro, o arrocho de seu próprio povo e seu desrespeito à Constituição Bolivariana encerraram o caráter progressivo daquele governo, sua natureza mudou.

Agora, os mesmos que em 2003 queriam mais distância de Chávez do que de Davos apóiam Maduro para tentar ressuscitar o FSP que agoniza em meio à crise de seus partidos e governos (como o clá Ortega na Nicarágua). Ou seja, no momento em que a Revolução Bolivariana necessitava solidariedade ativa para continentalizar-se e avançar, se negaram a impulsionar a ALBA, O Banco del Sur, a PetroAmericas e outras iniciativas progressivas de independência do imperialismo ianque. Ofereceram a Odebrecht e seus esquemas de financiamento de campanha, com vistas a moderar o processo em curso e enriquecer os capitalistas brasileiros. Em treze anos governo nunca colocaram o Brasil na rota da Revolução Bolivariana, pelo contrário, a frearam e contribuíram decisivamente para sua degeneração.

Nossa posição, desde o Brasil, deve ser a de resgatar a soberania popular usurpada por ambos os lados da disputa e acolher os imigrantes venezuelanos acossados pela miséria e pela repressão madurista. Somos antiimperialistas e internacionalistas, por isso imediatamente nos colocamos contra qualquer tentativa de intervenção imperialista na Venezuela. Mas também somos pela autodeterminação dos povos. É o combativo povo venezuelano, por meio de sua mobilização e seus instrumentos, quem pode construir uma saída independente para a crise, frente ao intervencionismo golpista e o entreguismo do governo Maduro.

BERNARDO CORRÊA—Executiva PSOL/RS

PEDRO FUENTES—Ex-Secretário de Relações Internacionais do PSOL

ISRAEL DUTRA—Secretário de Relações Internacionais do PSOL



Franceses denunciam medidas cosméticas de Macron no 9º sábado de protestos

Londrinos lotam a praça Trafalgar Square em repúdio a arrocho de May e por eleições gerais

A praça londrina, Trafalgar Square, ficou lotada de manifestantes com coletes amarelos exigindo o fim do arrocho imposto pelo governo de Theresa May, no ato denominado People's Assembly Against Austerity (Assembleia do Povo Contra a Austeridade).

Na manifestação, do sábado, dia 12 onde os coletes faziam referência aos protestos dos últimos dois meses na França, milhares de pessoas convocadas pelo movimento britânico exigiam a realização de eleições legislativas antecipadas para que a Inglaterra se veja livre do Partido Conservador, no poder desde 2010. A convocação contou com o apoio do Partido Trabalhista e sindicatos. Duas lideranças dos “coletes amarelos” franceses foram convidadas.

Nos cartazes e faixas predominavam consignas contra o governo como “O Reino Unido está quebrado”, “Eleições gerais agora”, “Cortem a guerra e não os programas sociais” ou “May tem que ir embora”.



Coletes amarelos estreiam em Londres às vésperas da votação do Brexit no Parlamento

“Penso que necessitamos urgentemente uma mudança de governo. A Grã Bretanha está caindo aos pedaços, nada funciona”, assinalou Stephen Hamer, de 59 anos, um professor aposentado presente à demonstração.

“O movimento dos ‘coletes amarelos’ na França pode se desenvolver também na Inglaterra, o povo está farto da pobreza, da injustiça social, e da especulação financeira”, declarou à AFP Erick Si-

mon, trabalhador do setor de transportes, de 57 anos. Em seu colete estava escrito: “Povo inglês, o amarelo fica bem em você”.

Paralelamente a essa manifestação, centenas de pessoas simpatizantes da saída da Inglaterra da União Europeia, o Brexit, também saíram às ruas em Londres. Alguns também vestiam coletes amarelos e erguiam a Union Jack, a bandeira do Reino Unido.

Bolívia é o país que mais cresce na América do Sul nos últimos 6 anos

Pelo sexto ano consecutivo, o crescimento econômico da Bolívia foi o maior da América do Sul e, conforme projeções de organismos tão diferentes como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Mundial, o país andino também liderará em 2019.

De acordo com o vice-presidente Alvaro García Linera, nos últimos anos a Bolívia registrou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que se traduz em “importantes conquistas para o país”, uma vez que é compartilhado pelo conjunto da população. A média da evolução do PIB boliviano foi de 4,3% (2014, +5,5%; 2015, +4,9%; 2016, +4,3%; 2017, +4,2% e 2018, +4,7%), conforme estimativas.

Linera frisou que a economia boliviana se diversificou e dinamizou, potencializando seu mercado interno e que, diferente do passado, não depende exclusivamente de exportar matérias-primas com baixo valor agregado.

“Os hidrocarbonetos e os minerais aportam 13% das entradas, enquanto a agricultura, o sistema financeiro, o transporte, o comércio, a construção e a indústria manufatureira têm um papel importante”, acrescentou.

De acordo com o vice-presidente, o Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo implementado desde 2006 é a base destas conquistas, uma vez que combina adequadamente o investimento público e a redistribuição da renda, com o investimento

público convertido em motor da economia e de combate à desigualdade social.

Comemorando o resultado alcançado, o presidente Evo Morales conclamou as organizações sociais e o empresariado a preservarem o que qualificou de “patrimônio nacional”, resultado da unidade e consciência do povo boliviano. Para Evo, é fundamental dar atenção “ao aspecto social e trabalhista”.

As conquistas econômicas não são uma dádiva, reiterou o presidente, mas resultado da luta e do voto dos bolivianos. Para que o crescimento seja cuidado e mantido, sublinhou, serão criadas mais empresas estatais, para gerar mais recursos e acelerar a industrialização de recursos naturais.

Manifestantes ocupam as ruas na Guatemala por justiça e democracia e pelo fim da corrupção

Manifestantes voltaram a marchar pelas ruas da capital guatemalteca no sábado por “Justiça e Democracia” e em repúdio à decisão do presidente Jimmy Morales de romper unilateralmente o acordo com a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (Cicig), depois desta ter descoberto o envolvimento seu filho e do seu tio em crimes milionários.

Levantando cartazes, faixas e bandeiras “contra a ditadura”, “por novas eleições” e “em defesa do Estado de Direito”, estudantes, trabalhadores, artistas e religiosos — a Comissão Arquidiocesana de Pastoral Social foi uma das organizações que convocou o ato — defenderam o trabalho dos juízes da Corte de Constitucionalidade (CC), em respaldo à Cicig. Caravanas vindas do interior também fortaleceram o protesto “contra os corruptos que nos

roubam todo o dinheiro”.

No caminho até a Corte de Constitucionalidade, os manifestantes se detiveram para se solidarizar com os agentes da Polícia Nacional Civil (PNC), que vêm sendo perseguidos pelo atual governo por contribuírem nas investigações, e entoaram: “o povo uniformizado também é explorado”.

“Queremos tornar público que os quatro magistrados da CC que não tenham medo, aqui está o povo para respaldar suas resoluções em favor da democracia”, declarou a Associação de Estudantes Universitários (AEU), frisando que “esta luta não é de Jimmy contra a Cicig, é do povo contra a aliança criminosa que atenta contra a Guatemala”.

“Não queremos que o país chegue a ser uma ditadura, como há na Nicarágua”, declarou o procurador dos

Direitos Humanos, Jordan Rodas, denunciando que as ações do governo “parecem um mecanismo de proteção do presidente e de seu grupo”.

A Cicig foi criada em dezembro de 2006 após o governo guatemalteco fechar um acordo com as Nações Unidas para que apoiasse a Procuradoria Geral da Nação, a Polícia Nacional Civil e outras instituições do Estado na investigação de “casos sensíveis e difíceis”. A missão tinha o objetivo de “fortalecer as instituições judiciais nacionais no enfrentamento a grupos ilegais e ao crime organizado”, até que apareceram os nomes de José Manuel e Samuel Morales — filho e irmão do presidente, responsáveis por um desfalque de 400 mil dólares nas finanças públicas. Flagrados, os dois chegaram a ter a prisão preventiva decretada.

O nono sábado de protestos contra os cortes impostos por Macron foi marcado por mobilizações em Paris, Toulouse, Marselha, Bourges e Lyon

Durante o nono sábado de protestos, os brados de “Fora Macron!” tomaram conta da histórica Praça da Bastilha, que foi ocupada pelos Coletes Amarelos, no dia 12, em mais um protesto que se espalhou por diversas cidades francesas, além da capital, contra os cortes do governo.

Mais uma vez, barricadas incendiadas e choques com a polícia marcaram o final do dia, após uma grande marcha de manifestantes pelo centro de Paris. Nas ruas, além da exigência pela saída de Macron, foram ouvidas as palavras de ordem de “Poder ao Povo” e foi entoado o Hino da França.

A tensão tomou conta dos arredores do Arco do Triunfo, região em que o governo resolveu proibir atos públicos, com a polícia disparando jatos de água e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Em resposta, foram arremessadas pedras além de tinta vermelha contra os policiais.

A polícia também bloqueou, mais uma vez, a avenida Champs Élysées, que dá acesso ao Arco do Triunfo. Barreiras policiais fecharam o acesso ao Parlamento e ao Palácio Presidencial. As pontes sobre o rio Sena também foram fechadas pelo aparato policial que deteve mais de 200 participantes nos eventos.

O nono sábado foi uma retomada dos protestos com uma participação mais intensa do que nas manifestações do 7º e 8º sábados (final de 2018 e início de 2019) contrariando analistas que diziam que o movimento dos Coletes já mostrava um esvaziamento.

Segundo a rede BFMTV, 84 mil franceses participaram das manifestações deste dia 12, com mobilizações populares também nas ruas de Marselha, Bordeaux, Lyon, Estrasburgo, Nimes, Bourges, entre outras cidades. Em Toulouse, uma barricada gigante foi incendiada no centro da cidade.

“Vamos pra rua porque estamos de saco cheio”, afirmou um dos presentes ao protesto, mostrando que de nada adiantou a bravata do vice-ministro do Interior, Laurent Nunez, que prometera “tolerância zero” contra os “desordeiros”. Nunez prometeu ainda uma “resposta extremamente firme” no caso de “confusão”. Mesmo com as ameaças e a distribuição de mais de 80 mil policiais pelos principais focos de manifestação, as concentrações prosseguiram.

“Vimos a Paris para nos fazermos ouvir”, afirmou, à agência France Press, um dos que viajaram para garantir presença nas movimentações na capital francesa.

Mais de mil Coletes cercaram o hipódromo localizado em Chantilly, vizinha a Paris, atrasando as corridas de cavalo do dia. Ao final, das nove programadas, apenas quatro corridas puderam ocorrer.

REIVINDICAÇÕES

O movimento dos Coletes Amarelos, que teve início em novembro do ano passado, depois do anúncio de aumento de taxas sobre combustíveis, prosseguiu mesmo depois do recuo anunciado por Macron com relação às elevadas taxas. Os protestos evoluíram para uma ampla exigência de saída do presidente, cujo

governo prosseguiu encaminhando as políticas de arrocho de Sarkozy e Hollande, que levaram a uma piora nas condições de vida dos franceses.

Diante da avalanche de insatisfação Macron resolveu lançar uma proposta de Grande Debate Nacional que, apesar do nome pomposo, foge dos assuntos centrais que levaram a esta prolongada safra de demonstrações.

MANOBRAS DE MACRON

Os líderes dos Coletes Amarelos veem no “Debate” apenas uma manobra de Macron e convocam os franceses a não participar. De fato, na Carta aos Franceses, o presidente mostra que sua intenção é fazer uma discussão limitada a questões que ele mesmo tenta determinar. Ao invés das taxas sobre grandes fortunas, ele pergunta: “Quais taxas vocês acham que devem ser reduzidas primeiro?”; ao invés do fim dos cortes nos programas sociais, propõe “Alguns dos serviços públicos que estão superados ou muito caros devem ser eliminados?” e ainda “Que propostas concretas vocês acham que devem acelerar nossa abordagem com relação ao meio ambiente?”

Além dessas propostas de fuga dos problemas centrais que os planos de cortes em investimentos e congelamento de salários causaram, ele também foi logo advertido que “não vamos desfazer medidas que introduzimos para acertar a economia, encorajar o investimento e garantir que o trabalho vale mais a pena”. Isso em um momento em que o “encorajamento” só serviu para garantir os interesses do sistema financeiro que atua no país e no conjunto da União Europeia.

Em matéria publicada em seu site, a central CGT delinea as questões-chaves que levaram o movimento sindical a puxar manifestações e greves e que desembocaram na insatisfação generalizada de agora.

Além da supressão do aumento dos impostos sobre os combustíveis, que foi acatada por Macron, exige-se a elevação real do salário mínimo, supressão do aumento dos impostos sobre os trabalhadores para a previdência, e das taxas a serem pagas pelos aposentados, indexação dos salários de acordo com a inflação e sobre os mais ricos, o restabelecimento do imposto sobre patrimônio e a luta contra a evasão fiscal que acaba reduzindo as condições do Estado prestar serviços ao conjunto da população.

A CGT denuncia que “Macron e seu governo se negam a ouvir as demandas populares e a negociar uma saída para a crise que deixa os franceses desesperançados com relação a conquistarem uma vida melhor e sem medo do futuro”.

De acordo com a central francesa, o presidente achava que o movimento se esgotaria, principalmente depois que recuou dos aumentos dos impostos sobre combustíveis e, como isso não aconteceu, recorre a uma violência contra as manifestações o que “aumentou o cansaço, a desconfiança, e a decepção com as medidas cosméticas do governo”, que agora joga no terreno perigoso de fazer recuar o movimento com o recurso à “ameaça com o caos”.

'Fechamento' de Trump torna reféns 1 milhão de servidores

Terraplanistas fretam cruzeiro para chegar à borda da Terra

Para alegria dos terraplanistas tupiniquins ("Não estamos sós!!!"), uma organização internacional de, digamos, excêntricos, que asseveram que a Terra não é redonda, anunciou, conforme os jornais The Guardian e El País, que fretará um cruzeiro com o propósito de ir até os confins do planeta, ou seja, até à borda da Terra. A organização atende pelo nome de Flat Earth International Conference, ou Conferência Internacional da Terra Plana. O 'Flat Earth Cruise 2020' será "a maior, mais audaz e melhor aventura até à data", proclama seu site.

Na narrativa do El País, "existem várias teorias dentro dos que crêem que a Terra é plana, ainda que a principal afirme que, depois de "uma extensa experimentação, análise e investigação", a Terra é um disco gigante com o pólo norte no centro e rodeado de 'uma barreira de parede de gelo: a Antártida', segundo a sociedade terraplanista".

Os terraplanistas, inclusive, têm sua própria 'Wikipedia', a "Flatpedia", esclarece o jornal espanhol, que dela transcreve um duto ensinamento: "até onde sabemos, ninguém conseguiu ir muito além do muro de gelo e regressado para contato. O que sabemos é que rodeia a Terra, serve para conter os oceanos e ajuda a nos proteger do que possa haver mais além".

Os organizadores do cruzeiro advertem, no entanto, que não podem garantir chegar ao muro, mas prometem que os viajantes encontrarão "evidências" suficientes para apreciar a viagem. Além de navegar à beira do precipício, os terraplanistas, registra El País, poderão desfrutar de restaurantes e piscinas com ondas. Apesar de perguntada sobre o custo do afretamento do cruzeiro e o preço dos camarotes pelo Guardian, a FEIC não respondeu.

Nos fóruns terraplanistas, é comum exigir fotos que supostamente demonstrariam a "existência desse muro (de gelo, não o de Trump)". Para os céticos do El País, o que as fotos mostram são grandes lâminas de gelo ártico, "que ao desprenderem-se cada vez mais frequentemente devido ao aquecimento global, deixam grandes cortes verticais que se assemelham a muralhas".

Para a FEIC, "as agências espaciais do mundo" conspiraram para falsificar "a viagem espacial e a exploração". Conforme o delírio, "provavelmente começou durante a Guerra Fria", com EUA e URSS obcecados por serem os melhores "em chegar ao espaço", até o ponto que "cada um fingia suas conquistas para acompanhar o ritmo das supostas conquistas do rival".

Como o mundo está cheio de estraga-prazeres, o Guardian ouviu um ex-capitão de navio, Henk Keijer, com 23 anos de experiência em singrar os mares, que relatou ter navegado "dois milhões de milhas" e "jamais" encontrou um só comandante de barco que acreditasse que a Terra seja plana.

Como Keijer assinalou, os barcos "navegam baseando-se no princípio de que a Terra é redonda", e é assim que as cartas náuticas são desenhadas". Se a tripulação opina que o planeta não é redondo, a navegação poderia se converter em tarefa "muito complicada". A própria existência do GPS é outra prova de que a Terra é esférica, ressaltou, e se baseia em 24 satélites que orbitam a Terra. "Se fosse plana, três satélites seriam suficientes para proporcionar os dados". A.P.

EUA ameaçam com sanções empresas alemãs parceiras do gasoduto russo Nord Stream 2

O embaixador dos Estados Unidos em Berlim, Richard Grenell, enviou cartas ameaçadoras a companhias alemãs que trabalham em parceria com empresas russas na construção do gasoduto Nord Stream 2, alertando-as para o caso de não deixarem o projeto.

"Nós enfatizamos que as empresas envolvidas nas exportações russas de energia estão participando de algo que poderia gerar um risco significativo de sanções", escreveu o embaixador em carta publicada pela imprensa europeia. Conforme um porta-voz de Grenell, a declaração não deve ser visto como ameaça, mas como uma "mensagem clara da política dos EUA".

A previsão é de que o enorme gasoduto viabilize o fornecimento do gás do noroeste da Rússia ao norte da Alemanha, no Mar Báltico, dobrando a quantidade de gás importado pelos alemães do país. Os EUA se opõem ao projeto, pois ao mesmo tempo em que fortalece uma parceria binacional estratégica na geopolítica internacional, reduz o poder das grandes corporações norte-americanas que até então manipulam abertamente o suprimento de energia da Europa, devido ao controle de países como a Ucrânia, por onde o gás transita. As empresas estadunidenses também

não querem perder mercado e buscam vender o seu próprio gás, obtido por fracking.

Em novembro passado, o embaixador dos Estados Unidos na União Europeia alertou que o presidente Donald Trump tem "muitos outros instrumentos" para "conter e interromper o projeto", caso Berlim não volte atrás. "Ainda não implantamos todo o conjunto de ferramentas que poderíamos minar significativamente o projeto, se não o pararmos completamente", acrescentou.

Grenell conseguiu provocar irritação em Berlim desde o dia em que assumiu o cargo, em maio de 2018, twitando que "as empresas alemãs que fazem negócios no Irã devem abandonar as operações imediatamente". Menos de um mês depois, ele declarou que os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) precisariam apoiar "as intervenções militares dos Estados Unidos no exterior" e que "os EUA não devem mais aceitar desculpas por não participarem da intervenção militar".

No mês passado, Grenell acusou a revista alemã Spiegel de ter um preconceito antiamericano e exigiu uma investigação sobre as histórias escritas por seu repórter Claas Relotius.



Manifestação contra a paralisação do governo e pelo pagamento dos vencimentos

Funcionários exigem em Washington fim do "apagão" do governo e seus salários

Funcionários federais atingidos pelo apagão parcial do governo norte-americano foram às ruas nesta sexta-feira (10) em Washington exigindo o fim da paralisação e o pagamento dos salários. Neste sábado o "shutdown" completa 22 dias, um recorde de paralisação do governo, o que significa manter o impasse para cerca de 800 mil funcionários que foram dispensados ou forçados a trabalhar sem receber.

Essa crise é artificialmente provocada pelo presidente Trump que paralisa o governo para forçar a oposição democrata a lhe conceder a aprovação de US\$ 5,7 bilhões para financiar a construção de um muro na fronteira

entre os EUA e o México. Esse muro xenófobo é a questão chave para a campanha de Trump à reeleição em 2020. Para conseguir entregar a principal promessa que fizera ao seu eleitorado, Trump tenta forjar uma "crise humanitária e de segurança" mas não convence devido às mentiras que proferiu no seu discurso pela TV e a ausência de dados que sustentem seus apelos melodramáticos.

Em meio a essa queda de braço, além dos dispensados do trabalho, há muitas dezenas de milhares de funcionários federais contratados que podem estar perdendo cerca de US\$ 200 milhões em pagamento por dia, de

acordo com a Bloomberg, e a maioria deles nunca receberá após o término do bloqueio.

O Aeroporto Internacional de Miami anunciou nesta sexta-feira que fecharia um de seus terminais durante parte do fim de semana devido à falta de peneiras disponíveis nos pontos de verificação da Transportation Safety Administration (TSA).

Um revisor da TSA no Aeroporto Laguardia, em Nova York, disse que seus colegas de trabalho "têm aluguéis altos, hipotecas a pagar. Eles não sabem o que vão fazer. Muitas pessoas dependem desse salário como principal fonte de renda para manter a família".

Visita de Merkel à Grécia é repudiada em Atenas

A visita de algoz da Grécia, a primeira-ministra alemã Angela Merkel, a Atenas foi repudiada na quinta-feira (10) pelo ex-ministro das Finanças, Yanis Varoufakis, que afirmou que "a senhora Merkel está na Grécia para inspecionar o deserto que ela fez e chama de ... recuperação". Apesar da proibição de protestos, centenas de pessoas marcharam no centro da capital, com faixas e cartazes repelindo a indesejável Merkel, como registraram o Sputnik e o Press-Tv.

Antes de chegar, Merkel teve a desfaçatez de dizer que a Grécia pode "continuar contando com a parceria e a amizade da Alemanha". Também anunciou que irá estimular os governantes gregos a "continuarem com reformas econômicas duras e disciplina fiscal rígida", como registrou o portal Keep Greece Talking.

Enquanto a visita de dois dias soa para a maioria dos gregos como um achincalhe e uma provocação, caberá ao estelionatário eleitoral Alexis Tsipras encabeçar as genuflexões diante de Merkel, que salvou os bancos alemães e franceses à custa do sofrimento inaudito da população grega. Varoufakis rompeu com Tsipras quando este traiu o povo grego e o referendo 'não ao arrocho, e virou um triste boneco dos bancos. Em franca decadência, Merkel já anunciou data para aposentadoria da função de primeira-ministra e até arrumou uma inossã clone para presidir seu partido, o CDU.

No ano passado, o "programa de resgate" foi oficialmente considerado encerrado pela Troika (Comissão Europeia, BC Europeu e FMI), mas a Grécia vai ter de continuar sob o garrote vil até 2060!

O achaque imposto à Grécia desde Berlim fez o PIB do país encolher em um terço, provocou o mais elevado desemprego da zona do euro e levou um em cada três gregos à beira da miséria.



Varoufakis: 'Merkel quis rever o deserto que fabricou'

Salários e aposentadorias foram dizimados, as estatais, privatizadas na bacia das almas, e os direitos sociais cortados no osso.

"Merkel não é bem-vinda porque é responsável pelo desastre monumental em nosso país, que, infelizmente, continua", denunciou o líder da Unidade Popular, Panaviotis Lafazanis. "O povo grego não tolera Merkel, só os capachos recebem seus tiranos com honrarias".

Porta-voz dos comunistas gregos disse ao Sputnik que a manifestação era "contra a vinda da representante do imperialismo alemão à Grécia". "Rechacemos esta visita", declararam, responsabilizando o imperialismo alemão, junto com os outros imperialistas europeus e os imperialistas dos EUA, pela devastação imposta aos gregos.

Em agosto do ano passado, quando a farsa da 'recuperação grega' foi alardeada, o ex-ministro Varoufakis advertiu que a "Grécia nunca foi resgatada - continua sendo a prisão de devedores e a UE não vai largar as chaves". Ele denunciou que a Troika colocou a Grécia "em coma permanente", o que passou a chamar de "estabilidade".

"Na mesma semana em que uma Grécia devastada

entrou em mais 42 anos de dura austeridade e maior servidão por dívidas (2018-2060), como o fim da austeridade e a recuperação da independência financeira da Grécia podem ser apresentados como fatos?", questionou o economista.

Ele lembrou como em 2009 Merkel entrou em pânico quando soube que seu governo "tinha de injetar, durante a noite, € 406 bilhões em dinheiro dos contribuintes nos bancos alemães". Para manter a mentira, à insolvente Atenas "foi dada, sob a cortina de fumaça de 'solidariedade com os gregos', o maior empréstimo na história da humanidade, para ser imediatamente transferido aos bancos alemães e franceses". Assim - resumiu Varoufakis - depois de ter resgatado bancos franceses e alemães às custas dos cidadãos mais pobres da Europa e transformado a Grécia em uma prisão de endividados, os credores da Grécia proclamaram "a vitória".

A vinda de Merkel também tem o objetivo de pressionar deputados gregos que resistem a votar a favor do acordo que permitirá a anexação, pela aliança agressiva Otan, de mais um caco da ex-Iugoslávia, e a Berlim sacramentar mais um puxadinho no seu quintal.

"Rebaixados a escravos civis", denunciam os servidores deixados sem salário por Trump, na tentativa de impor muro da xenofobia, que é o mote de sua campanha pela reeleição em 2020

Com um milhão de servidores públicos federais - incluindo os terceirizados - e suas famílias, mais muitos milhões de pessoas que dependem do atendimento de nove departamentos e de dezenas de agências, feitos de reféns por Trump, o assim chamado 'fechamento' ('shutdown') do governo dos EUA já é o mais longo da história e sem data para se encerrar, enquanto o Congresso não liberar o dinheiro para o muro da xenofobia na fronteira com o México, que tornou símbolo do regime Trump e mote para sua reeleição.

Os ministérios fechados vão desde o Homeland (Segurança Interna) até o Departamento de Estado, passando por Agricultura, Transporte, Tesouro, Comércio, Interior, Habitação e Justiça - e respectivos programas sociais -, e afeta ainda a NASA, a Fundação Nacional de Ciência, a Agência de Proteção Ambiental, parques nacionais, museus e até a vigilância sanitária.

A cada dia que é prorrogado o 'fechamento', avolumam-se os prejuízos. Na sexta-feira, os servidores federais atingidos ficaram sem pagamento, e tem gente que começa a vender o que pode - um carro usado, uma tevê - para poder continuar comendo e pagando aluguel ou hipoteca. 450 mil estão trabalhando sem receber, situação considerada "insustentável" tanto pelos sindicatos quanto pelos próprios dirigentes dos órgãos federais afetados. Os restantes foram mandados para casa: "funcionários públicos rebaixados a escravos civis", na denúncia nas redes sociais.

"Faço parte do fechamento do governo e preciso de dinheiro para sobreviver", postou funcionário público da Virgínia oferecendo uma TV por "US\$ 400 dólares". "Funciona perfeitamente e está em boas condições".

Pior ainda a situação dos terceirizados. Um guarda de museu de Nova Iorque, Keith Polite, disse que está comendo miojo depois de ser posto em folga compulsória e sem pagamento. Quando o 'fechamento' acabar, ele não terá ressarcido pelas horas não trabalhadas.

No sábado, um banco de alimento doou 15 toneladas de comida a servidores sem salário. Funcionários estão ficando sem dinheiro para pagar a creche dos filhos. Entre os deixados à míngua, há agentes penitenciários e até mesmo guardas de fronteira.

AGRESSÃO A DIREITOS

Por qualquer medida, o 'fechamento' é uma agressão aos direitos dos cidadãos norte-americanos, que estão sendo lesados por uma razão pífia. A Associação Nacional de Governadores denunciou a suspensão de US\$ 85,8 bilhões em verbas federais para os estados e ameaça sobre mais US\$ 16,5 bilhões. O programa que atende a sete milhões de gestantes, bebês e crianças de baixa renda, só não parou completamente por ação emergencial dos estados.

Com as verbas para funcionamento dos tribunais federais secando na última sexta-feira, começa o sufoco para manter como for possível a justiça operando no país. Na vigilância sanitária, a FDA deixou de fazer a maioria das inspeções de rotina. Até a comissão de fiscalização dos especuladores, a SEC, está de molho. As investigações de acidentes estão paralisadas: o órgão responsável deixou de apurar a colisão de caminhão-trator com um ônibus escolar que feriu 15 pessoas.

O diretor de Orçamento da Casa Branca, Russ Vought, tentou tranquilizar os contribuintes, dizendo que as "restituições do Imposto de Renda não serão atrasadas" e que "só" faltaria o Tesouro descobrir como fazer isso legalmente possível. Mas ainda não há nenhum "plano

de contingência" efetivo.

Nos aeroportos, sem pessoal, postos de controle alfandegário estão sendo fechados, como ocorreu em Miami, Washington e Atlanta no final de semana, e os controladores de voo estão no limite. Com os inspetores de segurança em casa, as companhias aéreas estão essencialmente sem fiscalização.

Cientistas estão sendo vítimas da paralisação de laboratórios e pesquisas por falta de verbas. Dezenas de pesquisadores da Nasa e da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica não tiveram como ir à reunião anual da Sociedade Meteorológica Americana. Também agricultores, por causa da paralisação da Agência de Serviço Agrícola, ficaram impedidos de obter empréstimos e outras formas de subsídio.

VALE-SOPÃO

O espinhoso problema do vale-sopão, que beneficia quase 40 milhões de pessoas, foi temporariamente driblado, graças a uma interpretação criativa do decreto de Trump, com a antecipação do pagamento de fevereiro para até o dia 20 deste mês, apesar de toda a confusão que isso vai causar.

Na espera de quem vai piscar primeiro, prossegue a queda de braço entre Trump e a direção democrata, mas dos dois lados do establishment, a turma do deixa disso vem tentando jogar água na fervera. O Lockheed-boy Lindsey Graham chegou a pedir que Trump suspendesse "temporariamente" o fechamento, para dar tempo às negociações, enquanto deputados democratas, citados pelo portal Político, clamavam pelo fim do impasse.

Por enquanto, Trump só aceitou assinar lei do Congresso que irá garantir o pagamento aos servidores efetivos (mas não aos terceirizados) dos salários não recebidos durante o fechamento. Outra tática dos democratas, a de aprovar a reabertura do governo federal por partes, na expectativa de atrair senadores republicanos, até aqui foi bloqueada pelo líder do Senado, Mitch McConnell.

A fixação de Trump com o muro tem explicação, como revelou o El País, citando o New York Times. Era um candidato tão indisciplinado que seus marqueteiros buscaram um slogan para garantir que falasse sobre imigração, o assunto identificado "como o cavalo vencedor que o levaria à Casa Branca". "Vamos fazê-lo falar sobre construir um muro", decidiram Sam Nunberg e Roger Stone.

"A ideia funcionou" - como descreveu o biógrafo de Trump, Michael D'Antonio, "ele ouve o bip, bip, bip de um caminhão betoneira dando a marcha a ré, o produto sendo vertido e o muro crescendo". Em auditórios de todo o país, o bilionário passou a ser recebido com o grito de "Construa o muro!" - afinal, nada mobiliza tanto seu eleitorado quanto a xenofobia e racismo. Segundo Andrew Selle, especialista sobre imigração, o que no início era só uma imagem sobre a segurança na fronteira, logo se tornou um símbolo "contra a imigração, o comércio, o terrorismo" e de "frear a globalização e enfrentar todos os seus males".

Durante os últimos 25 dias, se pelo lado de Trump não houve como esconder o aspecto eleitoral da confrontação pelo seu muro, também isso não faltou do lado dos democratas. Como denota o lançamento das pré-candidaturas à presidência do ex-secretário de Habitação de Obama, Julian Castro, e da senadora Elisabeth Warren - apesar da eterna presidenciável e musa de Wall Street, Hillary.

ANTONIO PIMENTA

Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos (2)

Continuação da edição anterior

Prefácio ao Vol 11, T. 1, das Obras Completas de Rui Barbosa

ASTROJILDO PEREIRA

Como processo histórico, a luta contra a escravidão dos negros africanos, entre nós, pode-se dizer que teve o seu ponto de partida no dia mesmo em que aportou às nossas praias o primeiro navio negreiro vindo das costas da África. Mas o seu reconhecimento em termos legais só se verificou em 1831, quando a lei dos senhores, condenando o tráfico, admitiu, pela primeira vez, o princípio da abolição do trabalho escravo. E ainda assim parcialmente e de muito má vontade, ficando a lei no papel, sem aplicação efetiva, durante vinte anos e mais, pois mesmo depois de 1850, com a lei Eusébio em pleno vigor, o contrabando não cessara de todo, e milhares de africanos foram introduzidos fraudulentamente nas costas brasileiras.

A lei de 1871, que veio a chamar-se do ventre livre, trazia no seu bojo as melhores intenções, e significava, com efeito, novo e importante avanço no caminho da liquidação do trabalho servil. Todavia, também ela deixou de corresponder ao demasiado otimismo daqueles que tudo esperavam da sua execução. E que os dados do problema caminhavam muito mais depressa do que se podia prever no momento da elaboração da lei, e assim aconteceu que as soluções consignadas no seu texto dentro em breve se patenteavam inadequadas e insuficientes.

A essas duas fases sucedeu uma terceira, cujo início Joaquim Nabuco datou de 1879, precisamente de 5 de março de 1879, dia em que o deputado baiano Jerônimo Sodré ergueu, no parlamento, o primeiro brado de abolição imediata e sem condições. Desde então até 1888, a agitação abolicionista desenvolveu-se num crescendo avassalador, dentro e fora do parlamento, nos conselhos de governo e nos comícios de rua, na imprensa, na ação dos clubes e dos grupos mais decididos de agitadores, e também nas fazendas e senzalas, pela fuga ora espontânea ora organizada de milhares de escravos... Mas os governos, representantes do escravismo, e eles próprios constituídos, em sua maioria, de senhores de escravos, ou se faziam de surdos ao clamor crescente ou se recusavam e se opunham a novas reformas legislativas. Saraiva, absorvido pela reforma eleitoral, durante o seu primeiro gabinete, não queria saber de mais nada. Martinho Campos, liberal escravocrata confesso, apoiado não pela maioria liberal, mas por uma coligação liberal-conservadora de escravistas cem por cento, procurava empalmar o problema com epigramas e sarcasmos parlamentares, que ele macaqueava dos modelos ingleses em moda. Paranaíba, na apresentação do gabinete de 3 de julho de 82, apenas tocou no assunto, muito timidamente, declarando que o seu governo favoreceria tal ou qual iniciativa que, "sem quebra do respeito à propriedade", pudesse contribuir para a melhor execução da "sábria lei de 28 de setembro". Lafayette, chamado imprevisivelmente ao poder, em maio de 83, fez tudo quanto lhe era possível fazer no sentido de lealdade a questão, e com isso comprometeu ainda mais a sua reputação já comprometida de ex-republicano em penitência.

A Lafayette sucedeu Sousa Dantas – e a este, finalmente, caberia enfrentar o problema sem tergiversação, embora buscando para ele uma solução em termos ainda mode-

radas, a cujo remate se chegasse gradativamente, com a suave colaboração do tempo. Organizado o gabinete a 6 de junho de 84, três dias depois Sousa Dantas apresentava à Câmara dos Deputados o seu programa de governo, e nele salientava, como ponto culminante, o tópico relativo à questão do elemento servil. Com absoluta clareza e não menor firmeza, assim se pronunciava o chefe do novo ministério:

"Chegamos, Sr. Presidente, a uma quadra em que o governo carece intervir com a maior seriedade na solução progressiva deste problema, trazendo-o francamente para o seio do parlamento, a quem compete dirigir-lhe a solução. Neste assunto nem retroceder, nem parar, nem precipitar.

"E pois especial propósito do governo caminhar nesta questão, não somente como satisfação a sentimentos generosos e aspirações humanitárias, mas ainda como homenagem aos direitos respeitáveis da propriedade, que ela envolve, e aos maiores interesses do país, dependentes da fortuna agrícola, que, entre nós, infelizmente, se acha até agora ligada pelas relações mais íntimas com essa instituição anômala.

"E dever imperioso do governo, auxiliado pelo poder legislativo, fixar a linha até onde a prudência nos permite, e a civilização nos impõe chegar: sendo que assim se habilitará a coibir desregramentos e excessos que comprometem a solução do problema, em vez de adiantá-la".²

Linguagem clara e firme, sem dúvida, mas ao mesmo tempo muito cautelosa; revelando intrepidez e disposição para a luta, mas sem provocar os adversários, antes, poder-se-ia dizer, lhes estendendo mãos conciliadoras.

Todavia, a declaração ministerial, que tamanho entusiasmo suscitou entre os abolicionistas, não só não conseguiu acalmar os escravistas, como os exacerbou mais ainda, e a controvérsia se intensificou, dali em diante, entre abolicionistas e escravistas. Estes últimos mobilizaram todas as suas forças parlamentares e extraparlamentares contra o gabinete Dantas. O Centro da Lavoura e do Comércio, reduto principal dos senhores de escravos, poderosamente apoiado pela Associação Comercial, multiplicou a sua atividade junto aos fazendeiros, por intermédio dos Clubes da Lavoura, insuflando os ânimos contra o que chamavam, textualmente, de "movimento anárquico, ajudado pela loucura do governo e incitado pelos caprichos do Imperador". A imprensa reacionária não poupava os adjetivos nem hesitava diante de imputações fraudulentas ou caluniosas. E foi assim, em meio de violento rodopio de interesses e paixões, que o projeto governamental, após consulta ao Conselho de Estado, foi submetido à consideração da Câmara dos Deputados, em sessão de 15 de julho, pelo deputado Rodolfo Dantas, filho do presidente do ministério.³ Enviado o projeto às comissões de justiça e orçamento, a oposição, em manobra lateral, levou a Câmara a pronunciar-se numa questão de confiança, alcançando então o governo apenas 55 votos contra 52 opositoristas. Os resultados dessa escaramuça não podiam ser de bom augúrio: aquela minguada maioria, sem base partidária, pois em ambos os lados havia liberais e conservadores, não apresentava nenhuma condição de solidez, que oferecesse



ao governo o apoio seguro de que ele necessitava para realizar a reforma constante do seu programa. A oposição compreendeu logo as vantagens que poderia tirar de semelhante situação, e daí as manobras efetuadas com o fito de arrastar o gabinete a uma batalha prematura, antes do projeto voltar a plenário. Foi justamente o que se verificou na sessão de 28 de julho, quando a oposição, forçando um voto de confiança, derrotou o governo pela diferença de 7 votos.⁴ Na alternativa de se demitir ou de apelar para o eleitorado, optou Sousa Dantas por este último alvitre. O Imperador concordou com a dissolução da Câmara, embora o Conselho de Estado, ouvido no caso, se manifestasse por maioria contrário à medida proposta pelo chefe do governo. A 30 de julho Dantas comunicou à Câmara a decisão tomada pelo ministério, informando que o Imperador a aprovava mediante a condição de se proceder à dissolução somente depois de votada a lei de meios.

Em tal conjuntura, o trabalho das comissões reunidas de orçamento e justiça, a cujo estudo prévio fora entregue o projeto de 15 de julho, já não aproveitaria mais à Câmara em vias de extinção. Mas o parecer, que Rui Barbosa vinha redigindo em nome das duas comissões, estava quase terminado: quatro dias mais tarde, a 4 de agosto, punha-lhe o relator o ponto final, e logo foi ele dado à publicidade, juntamente com o voto em separado de um dos membros da comissão de orçamento, o deputado escravista Sousa Carvalho. Em breves palavras preliminares, o próprio Rui Barbosa justificava a necessidade da sua publicação, considerando a sobrevida da conveniência de esclarecer a opinião nacional, chamada a proferir, em próximas eleições, "a sua sentença entre as tendências emancipadoras do projeto e o voto da maioria da Câmara contra cuja decisão o gabinete apelava para as urnas". Bastava, porém, manuseá-lo, mesmo por alto, para de pronto se perceber que havia ali alguma coisa mais que um simples parecer de ocasião: tratava-se, na verdade, de um grande documento parlamentar, de um estudo exaustivo da questão em apreço, destinado a perdurar como um livro capital na história política e social do Brasil.

Desde os 19 anos de idade, ainda no segundo ano de direito, em São Paulo, já Rui Barbosa se empenhava, pela palavra e pela ação, em favor da raça negra escravizada. Em 1868, propunha ele a uma loja maçônica daquela cidade, da qual era orador, que os seus membros assumissem a obrigação de libertar o ventre das escravas que possuíssem, e que essa obrigação ficasse estabelecida como exigência indispensável à aceitação de

novos associados, no futuro. A proposta do moço estudante foi aceita e aprovada, mas contra a opinião e o voto do venerável da loja, o que levou este último a renunciar o seu posto – e chamava-se ele nada menos que Antônio Carlos, e era professor de Rui na faculdade. Ainda em São Paulo, no ano seguinte, 1869, pronunciava o jovem estudante a sua primeira conferência abolicionista, em debate público – verdadeira petulância de estudante, diria ele próprio, mais tarde, ao rememorar a façanha. Também pela imprensa, principalmente pelas colunas do Radical Paulistano, batia-se com igual pugnacidade em prol da emancipação dos escravos.

De volta à Bahia, advogado, jornalista, político militante, não perdia oportunidade de pregar e defender as suas idéias acerca do problema da escravidão. Em 1871, quando se discutia o projeto de lei Rio Branco, manifestava-se Rui não só a favor do projeto, mas a favor de reforma ainda mais ampla. Em 1874, falando num comício popular, acioava de insuficiente a lei de 71 e proclamava a necessidade de medidas mais radicais. Em 1875, publicava no Diário da Bahia, de que era redator, um folhetim – "Pelos Escravos", que se tornou famoso. Em 1881, ao comemorar-se na Bahia o decênio da morte de Castro Alves, a 9 de julho, era Rui Barbosa escolhido para orador oficial da cerimônia, e o seu discurso colocou a comemoração numa altura digna do poeta e da causa que o nome do poeta simbolizava. No mesmo ano de 1881, ao pleitear perante o eleitorado a renovação do seu mandato de deputado geral, inscrevia no seu programa, com o devido destaque, a questão da transformação do trabalho livre e da extinção do elemento servil. Em 1882, por ocasião do centenário do Marquês de Pombal, convertia a sua conferência de 8 de maio em ato de pregação abolicionista. Em 1884, constituído o gabinete 6 de junho, sob a presidência do seu chefe e amigo Sousa Dantas, a Rui Barbosa caberia a tarefa principal na reforma projetada: redigir o projeto, que seria apresentado à Câmara em nome do governo, elaborar o parecer acerca do projeto, em nome das comissões de orçamento e justiça civil, e ainda, no parlamento e na imprensa, meses a fio, defender e sustentar a política antiescravista do ministério.

Não há a menor sombra de exagero em se qualificar de prodigioso o trabalho de elaboração e redação deste parecer: são quase 200 páginas de texto escritas do próprio punho no curtíssimo prazo de 19 dias, e texto abundantemente documentado, com rigoroso aparato bibliográfico a identificar as múltiplas fontes, nacionais e estrangeiras, onde o autor colheu os elementos

necessários ao seu estudo e à sua argumentação.

Por sua mesma natureza, o parecer deveria limitar-se aos aspectos da questão abrangidos pelos dispositivos do projeto: e o relator não se desviou nem foi além do terreno assim delimitado. Mas aí bateu e revolveu tudo, palmo a palmo, polegada a polegada, com o método inexorável de análise, que ele sabia utilizar como ninguém, sem deixar de pé coisa alguma que acaso pudesse aproveitar aos adversários e oponentes.

Por exemplo, os sofismas do escravismo, repetidos e renovados, durante mais de meio século, pelas vozes interessadas na manutenção do trabalho servil: Rui Barbosa, ao mesmo tempo que os sua história, esfarela-os, um a um, através o crivo de uma crítica tanto mais severa quanto mais objetiva e afaçada.

Ninguém defendia abertamente o regime da escravidão. Em princípio – sim, "em princípio" – todos tinham sido favoráveis à suspensão do tráfico; todos eram favoráveis à emancipação; e todos seriam, por fim, favoráveis à abolição. A divergência, pois divergência havia, era só na maneira ocasional de encarar o problema: tudo questão de "tempo", de "oportunidade", de "conveniência", de "prudência", de "gradação"; em suma, tudo questão de pôr em primeiro lugar os "superiores interesses" do país. De tal sorte, a cada medida, que se aventasse em favor dos escravos, correspondiam dezenas de sofismas sob a forma restritiva de um mas, de um porém, de um todavia, de um contudo, de um no entanto. O deputado Cunha Matos dizia, em 1827: "Por modo nenhum me proponho defender a justiça e a eterna conveniência do comércio de escravos para o Império"; mas o tratado anglo-brasileiro para a supressão desse comércio lhe parecia "premature, extemporâneo, enormemente daninho ao comércio nacional, arruinador da agricultura, aniquilador da navegação, golpe cruel nas rendas do Estado". A lei contra o tráfico, promulgada para dar cumprimento ao referido tratado, passou em 1831; pois ainda em 1848, dezessete anos decorridos, Bernardo de Vasconcelos – como que a proclamar a legitimidade da sua não execução – sustentava que "a agricultura sofreria muito, se cessasse a introdução de braços africanos". Baseado em algarismos insofismáveis, Rui mostrou que a produção agrícola do país, durante a primeira década que se seguiu à aplicação rigorosa da lei de 1850, não só não acusou o menor sinal de ruína, conforme prognosticavam as cassandras do escravismo, como ainda aumentou até duplicar: 55.000.000\$ em 1849/1850 e 112.000.000\$ dez anos mais tarde.

Tremenda seria a oposição, em 1871, ao projeto Rio Branco. A história dessa oposição, escreve Rui, "encerra um

HP
ESPECIAL

Tela "Navio negreiro" de Johann Moritz Rugendas, de 1830

tesouro inexaurível de preciosas lições": e ele mergulha a fundo na mina, explorando-a com mãos de mineiro caalejado no ofício. Todos os grandes opositores de então – Andrade Figueira, Capanema, Gama Cerqueira, Paulino de Sousa, José de Alencar, Perdigão Malheiro, Barros Cobra, Pereira da Silva, Vila da Barra, Nébias, Cruz Machado – são de novo chamados ao debate, e cada qual deles procurava avantajá-lo aos demais na previsão das piores calamidades públicas e privadas, se o projeto chegasse a converter-se em lei. Converteu-se em lei o projeto e as previsões falharam de todo em todo. Rui pergunta, treze anos depois:

"Onde está, entretanto, a desorganização social com que nos apavoravam? a paralisação do trabalho agrícola? a insurreição geral? a destruição da lavoura? a bancarrota financeira?"

Encontramos a resposta num quadro estatístico minucioso, que ele nos desdobra diante dos olhos, e no qual verificamos que as rendas do Estado – índice do desenvolvimento pacífico e progressivo do país – aumentaram de 29% nos doze anos subsequentes à promulgação da lei promovida pelo Visconde do Rio Branco.

Mas os sofismas se multiplicavam e renasciam, sempre iguais a si mesmos, cada vez que se agitava o problema da emancipação. O deputado Nébias dissera em 1871, e outros o repetiam em 1884, que os escravos viviam muito bem, tratados com bondade pelos senhores, e nada teriam a ganhar com uma emancipação ou libertação que os equiparasse ao jornalista europeu, ao proletário das indústrias, ao operário agrícola de velhos países; Rui líquida o sofisma com o testemunho de Darwin, o qual, no seu diário de viagem pelo Brasil, ao registrar as impressões que lhe causara o espetáculo do cativo, rogava a Deus a mercê de não voltar jamais a visitar um país de escravos. José de Alencar fizera alarde dos seus sentimentos humanitários e fraternais, quando reclamava, como condição prévia para a redenção dos "irmãos escravos", um plano de instrução e educação que os libertasse primeiramente "da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade"; Rui destrói o sofisma, retomado pelos escravistas de 1884, apoiando-se na argumentação utilizada por Tocqueville, 46 anos antes, no parlamento francês, contra subterfúgios iguais aos de Alencar. Outro sofisma, corrente em 1871 e repisado em 1884, consistia em exigir que a reforma fosse precedida de vasto inquérito à opinião nacional, de estudos cabais, minuciosos e completos – de "estudos, estudos sem fim", exclamaria ironicamente o deputado Araújo Lima; Rui refuta a velha evasiva com a opinião sumária e justa de outro deputado, A. Araripe, quando ponderava que aqueles que não admitiam a emancipação sem tais condições prévias, em verdade não a queriam de modo algum, e ainda com a opinião autorizada de Jequitinhonha, quando, em 1867, no Conselho de Estado, rebatera com vantagem semelhantes alegações dilatórias.

Continua na página 5